



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS- FAJS
CURSO: RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIA LUIZA DE OLIVEIRA CARVALHO

**O *LOBBY* DE ISRAEL NA POLÍTICA ESTADUNIDENSE E O ACORDO
NUCLEAR IRANIANO.**

BRASÍLIA –DF
2017



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS- FAJS
CURSO: RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIA LUIZA DE OLIVEIRA CARVALHO

**O LOBBY DE ISRAEL NA POLÍTICA ESTADUNIDENSE E O ACORDO
NUCLEAR IRANIANO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Relações Internacionais do UniCEUB,
como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel Relações Internacionais.

Orientador: Prof^a Frederico Seixas Dias

BRASÍLIA –DF

2017

MARIA LUIZA DE OLIVEIRA CARVALHO

**O LOBBY DE ISRAEL NA POLÍTICA ESTADUNIDENSE E O ACORDO
NUCLEAR IRANIANO.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais do UniCEUB, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Frederico Seixas Dias

Brasília, 26 de junho de 2017.

Banca Examinadora:

Frederico Dias

Professor Avaliador

Professor Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pelas oportunidades em minha vida me permitindo conquista-las.

À minha mãe, Eudiléia, que é meu exemplo de mulher forte e guerreira, a eterna gratidão pelo incentivo, dedicação e por acreditar em minha capacidade, proporcionando com amor e carinho a oportunidade de concluir a graduação e alcançar vitórias durante toda a vida. Agradeço ao meu irmão, João Pedro, que me ajudou em coisas pequenas, mas valorosas. Ao meu namorado, Matheus Roberto, pelos incentivos e conforto que ele trouxe durante a pesquisa, pela leveza, calma e amor que trouxe em todos os momentos. E a toda a família que mesmo sem saber estava me cercando de apoio.

Agradeço ao meu orientador, Frederico Dias, pela valorosa orientação, paciência, inspiração, confiança e dedicação na construção do trabalho, sugerindo novas ideias e caminhos a seguir, incentivando o enriquecimento intelectual e o crescimento pessoal.

Como não poderia deixar de ser, agradeço imensamente a minha turma, pelos quatro anos de companheirismo em que aprendemos a rir e a reclamar em sintonia. Sem vocês a trajetória não teria sido a mesma, agradeço por terem proporcionado tantos momentos incríveis e por toda a rede de apoio que construímos para nos apoiarmos e incentivarmos a concluir o curso.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a influência do lobby israelense na política externa dos Estados Unidos durante as negociações do Acordo Nuclear Iraniano. Para consecução desta meta, serão abordadas as ações dos grupos de interesses de lobby, principalmente o maior grupo de lobby Israelense dos Estados Unidos, AIPAC, no processo de construção e finalização do acordo, durante os anos de 2013 a 2015. Neste sentido, será feito um estudo com base nas ações do lobby que serviram para influenciar as negociações tanto no nível doméstico como no nível internacional à luz da teoria de jogos em dois níveis de Robert Putnan, que analisa os processos de negociação que são realizados no âmbito internacional e no âmbito doméstico, simultaneamente, auxiliando na construção de um acordo agradável a ambos os lados e do realismo neoclássico de Gideon Rose, embasando a compreensão da construção da natureza da política externa mediante os interesses dos grupos domésticos.

Palavras-chave

Lobby – Israel – Estados Unidos - Irã – Acordo Nuclear - Grupos de interesse - Lobby de Israel – Realismo Neoclássico – Jogos em dois níveis.

ABSTRACT

This research aims to analyze the influence of the Israeli lobby on US foreign policy during the negotiations of the Iranian Nuclear Agreement. To achieve this goal, lobby actions will be addressed, particularly the largest Israeli lobby group, AIPAC, in the process of building and finalizing the agreement during the years 2013-2015. This study was made based on lobbying that served to influence negotiations both domestically and internationally in the light of Robert Putnan's two-level game theory that analyze the international and national negotiation processes, simultaneously, helping to build a pleasing agreement on both sides and the neoclassical realism of Gideon Rose, grounding the understanding of the construction of the nature of foreign policy through the interests of domestic groups.

Key words

Lobby – United State of America – Iran – Nuclear Deal – Interest group – Israel
Lobby – Neoclassical realism – Two level games.

LISTA SIGLAS E ABREVIações

AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
AIPAC	American Israel Public Affairs
AOIC	Anglo-Iranian Oil Company
CEI	Comitê de Emergência de Israel
EUA	Estados Unidos da América
FRLA	Federal Regulation of Lobbying Act
IAEA	International Atomic Energy Agency
JCPOA	Joint Comprehensive Plan of Action
JPOA	Joint Plan of Action
LDA	Lobbying Disclosure Act
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEAI	Organização de Energia Atômica do Irã
ONU	Organização das Nações Unidas
SALT	Strategic Arms Limitation Treaty
SOCAL	Standard Oil Company of California
TNP	Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares
TRR	Tehran Research Reactor
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZOA	Zionist Organization of America

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 – Neorrealismo de Waltz	15
Figura 2 – Realismo Neoclássico de Rose	16
Quadro 1 – Acordo Nuclear: resultado.	5960

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPITULO 1	13
1.1 Política externa sob a Teoria do Realismo neoclássico	13
1.2 Processo decisório em dois níveis	17
1.3 Grupos domésticos pró-Israel nos Estados Unidos	20
1.4 As ações do <i>Lobby</i> em conflitos no Oriente Médio	24
CAPITULO 2	28
2.1 Relação EUA-Irã	29
2.2 Relação Israel-Irã	33
2.3 Contextualização histórica do acordo nuclear do Irã	35
2.4 O Nível I das negociações do Acordo	38
CAPÍTULO 3	49
3.1 O lobby de Israel no Nível II das negociações do Acordo	49
3.2 O acordo final entre o P5+1 e o Irã	59
3.3 O Nível I diante da resolução final do acordo	602
CONCLUSÃO	646
REFERÊNCIAS	67

INTRODUÇÃO

O Sistema Internacional requer que os Estados estejam sempre alertas buscando a proteção de sua soberania e a defesa de seus interesses. Para a representação do Estado perante a comunidade internacional acontecer é preciso formular internamente a sua política externa. Nos Estados Unidos, os *lobbys* são regulamentados e altamente fiscalizados, permitindo assim que grupos de interesses específicos possam expressar suas vontades dentro do Congresso da Casa Branca. A liberdade dos *lobbys* nos Estados Unidos em algum momento das negociações e votações pode entrar em conflito com o próprio interesse dos EUA, em alguns casos, eles são capazes de trazer como consequências para toda a comunidade Internacional.

Os grupos de interesse são formados por indivíduos que tem propósitos semelhantes e se unem para trabalhar em prol de alcançar um fim maior. Nessa pesquisa, o grupo de interesse em questão é o *lobby* Israelense, que tem o objetivo de obter sucesso em políticas que favoreçam a Nação de Israel. Eles trabalham de forma organizada e regularizada e, por ser um grupo com grande aquisição financeira, conseguem desempenhar um papel de financiador de campanhas. Em troca, os financiados lutam politicamente por suas causas.

São com as aproximações com os congressistas que o lobby consegue afinar a relação alinhando os pensamentos, trocando informações valiosas, sugerindo mudanças pontuais, pré-estabelecendo metas a serem alcançadas, nessa pesquisa a meta a ser alcançada pelo Lobby é a construção de um acordo considerado bom que seja aceito por todas as partes e que mantenha Israel seguro.

Desde que os Estados Unidos reconheceram Israel como um Estado, uma aliança entre eles foi surgindo ao longo dos anos e se fortaleceu após Israel ser vista como um potencial estratégico na região. É possível perceber que por várias décadas houve o constante alinhamento no posicionamento dos Estados Unidos e de Israel. Relação que, por vezes, colocou os EUA em uma situação em prol da segurança de Israel. Esse projeto tem por relevância de analisar o papel das agências de lobby israelense e como elas agem nos Estados Unidos, especificamente no caso das negociações do acordo nuclear Iraniano.

A problemática deste projeto consiste em descrever a atuação do *lobby* de Israel no processo de construção do Acordo Nuclear Iraniano na política interna e externa dos Estados Unidos, bem como suas estratégias e resultados.

As agências de *lobby* pró-Israel nos EUA atuaram durante as negociações do acordo nuclear iraniano a fim de que esse visasse a segurança de Israel, por meio de pressão ao Congresso, relações com congressistas, apresentação de atos como: o *Nuclear Weapon Free Iran Act of 2015* (S-269), que tem como objetivo permitir sanções adicionais ao Irã, além de campanhas de alerta e declaração de oposição.

O objetivo deste é a analisar a complexa aliança Israel-EUA e o engajamento do lobby em questões dentro e fora dos Estados Unidos que visem a ameaçar a segurança do povo judeu no Oriente Médio, mais precisamente o Acordo Nuclear do Irã negociado na Comunidade Internacional com o P5+1.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa foram utilizadas pesquisas bibliográficas. A pesquisa bibliográfica baseou-se em livros e artigos da área de relações internacionais, artigos de jornais, resoluções da ONU, documentos oficiais, relatórios oficiais dos grupos de interesse pró-Israel.

Espera-se, com esse trabalho, contribuir para o entendimento das ações do Lobby no âmbito doméstico e como pode afetar a comunidade Internacional. No Brasil o Lobby não é legalizado e pode ocorrer de forma irregular e indevida. A regularização do Lobby, permite que os grupos de interesses trabalhem com isonomia e transparência sendo possível a sociedade conferir as ações dos grupos de interesses nos processos decisórios. Embora historicamente não seja de interesse do Brasil regularizar a atividade do Lobby, há um Projeto de Lei nº 1202/2007 que visa legalizar o lobby.

O capítulo um deste projeto trata das teorias de relações internacionais que darão base teórica para aprofundar os elementos de política externa e casos da relação do lobby de Israel na política externa dos Estados Unidos. O capítulo dois aborda a relação EUA-Irã e Israel-Irã, além do envolvimento dos chefes de Estado participantes do P5+1 (Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia, China e Alemanha) no processo de construção e negociação do Acordo Nuclear Iraniano. O capítulo três abrange o *lobby* israelense no processo de construção e negociação do Acordo no âmbito doméstico.

CAPITULO 1

As relações internacionais estão em constante mudança e, conforme os atores do cenário internacional se movimentam para buscar seus interesses e resolver situações de um todo, é possível perceber no sistema uma estrutura internacional e uma estrutura doméstica no processo de decisão dos atores, assunto que serão abordados ao longo do trabalho.

Para tentar entender as ações dos atores no sistema internacional, as teorias da política externa procuram explicar não um padrão de resultados nas ações do Estado, mas sim o comportamento dos Estados. O presente capítulo aborda teorias de política externa, quais são seus conceitos fundamentais, seu objetivo, bem como a ideia de *lobby* e estudos de casos da sua influência nos processos decisórios na política externa-estadunidense.

1.1 Política externa sob a Teoria do Realismo neoclássico

Para estudar o realismo neoclássico se faz necessário estudar as raízes teóricas que inspiraram o realismo neoclássico, como o neorealismo e o realismo clássico. O neorealismo ou realismo estrutural de Waltz (1979) teve sua primeira aparição na obra Teoria das Relações Internacionais. Esta perspectiva está baseada no princípio da anarquia e no princípio da autoajuda. Se temos sociedade internacional anárquica, temos um cenário que contribui para que as relações de poder entre os Estados variem ora para cooperação, ora para competição, formando o princípio de autoajuda. Normalmente, os motivos que levam os Estados para o princípio da autoajuda é a busca pela sobrevivência no Sistema. O neorealismo então busca explicar os resultados de interação dos Estados, sendo essa uma teoria de política internacional que carrega consigo algumas suposições acerca das motivações do Estado. Como visto anteriormente, está focada na sobrevivência, entretanto, essa é uma teoria que se concentra no nível internacional, desta forma, apresenta riscos quanto às prescrições a se fazer para os Estados. Não há garantias sobre o comportamento de cada Estado ou como eles responderão à demandas em todos os

casos, basicamente porque as políticas em nível doméstico e suas interações são pouco exploradas.

Tendo em vista que o neorrealismo não abrange a política internacional e política interna, ele dá uma abertura para o surgimento de uma teoria que busque explicar essa brecha, buscando entender a política externa como uma extensão interna do realismo, o realismo estatista de Krasner que procurou criar essa teoria que se centra em um elemento doméstico que pode ser coordenado para ou pelo sistema internacional. Esses elementos podem, muitas vezes, nem ser essencialmente da estrutura de poder do governo, mas ser outros elementos independentes com pressões particulares e que conseguem, junto à sociedade, formar o interesse nacional (JOAQUIM, 2012). O realismo neoclássico que tem suas percepções baseadas no realismo clássico e no neorrealismo apresenta-se com maior flexibilidade, incorporando tanto as ideias que servem como complemento do neorrealismo na esfera doméstica, e na distribuição de poder na estrutura internacional. Os adeptos dessa teoria argumentam que o alcance da política externa é impulsionado pelo seu lugar no sistema internacional. O realismo neoclássico tem como desafio destacar as políticas estruturais sistêmicas ao mesmo tempo em que permite a mediação nos processos internos. É importante nessa teoria examinar questões no nível interno do Estado (KITCHEN, 2010).

Buscando entender a relação da política externa e as estruturas do realismo neoclássico, Rose (1998) autor do texto "*Neoclassical realism and theories of foreign policy*" divide a questão de política externa, fazendo referência à quatro escolas principais, são essas: "Teóricos da *Innenpolitik*," "realismo ofensivo", "realismo defensivo" e "realismo neoclássico".

A escola teórica mais comum é a *Innenpolitik* (política interna em alemão), que trata sobre as influências dos fatores domésticos sobre a política externa, assim, a sociedade, o poder político, os processos, a cultura, os líderes e suas percepções podem afetar diretamente a forma como os Estados agem no Sistema Internacional, entretanto, a falha dessa teoria consiste na busca em tentar responder por que atores semelhantes agem de forma diferente. A escola de pensamento do realismo ofensivo, assim como a essência da *Innenpolitik*, não tem sucesso ao tentar explicar porque que atores com estruturais iguais não agem de forma semelhante no sistema. Rose (1998) afirma que os países com sistemas domésticos semelhantes agem diferentes,

pois cada um reage diferente às pressões internacionais, já estados em situações semelhantes tendem a se comportar da mesma forma, mesmo que internamente suas características sejam diferentes.

O realismo ofensivo é guiado por diretrizes hobbesianas, que tem uma abordagem sobre a posição de o Estado estar sempre em busca de poder e posição no sistema. Sua política externa é formada por essa incessante busca por poder e posição no sistema anárquico, que essa teoria entende as atuações externas motivadas pelas incitações do sistema. Assim como os realistas ofensivos, os realistas defensivos se importam também com o sistema anárquico. Eles acreditam que a política externa é resultado do estímulo do sistema e seus fatores (ROSE, 1998).

A teoria do realismo neoclássico aborda uma combinação de elementos do sistema internacional e doméstico. Essa teoria percebe o sistema internacional como uma variável independente, abordando dinâmicas por posições de poder no sistema anárquico e, as questões domésticas atuam como variável interveniente, tratadas como as percepções e estratégias do governo, sociedade, grupos de interesses para a política externa e o comportamento do Estado como variável dependente. Nesse sentido, a política externa ou variável dependente, não seria guiada apenas pelas questões abordadas no sistema internacional, mas sofreria intervenção das demandas de política interna.

Neorrealismo de Waltz (1979)

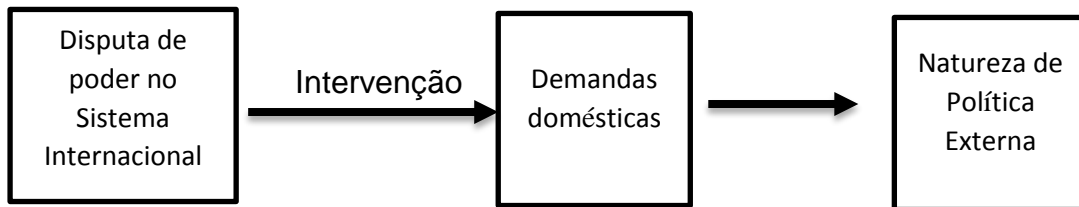
Figura 1 – Neorrealismo de Waltz



Fonte: Elaboração própria.

Realismo Neoclássico de Rose (1988)

Figura 2 – Realismo Neoclássico de Rose.



Fonte: Elaboração própria.

Uma das noções das relações internacionais é o conceito de grande estratégia. Desde sempre os Estados utilizaram de estratégias para guiar suas ações no sistema anárquico e desenvolver suas identidades e postura em meio as competições. As estratégias se diferenciam das táticas, que são definidas como "*the art of using troops in battle; strategy is the art of using battles to win the war*". Desta forma Kitchen (2010) acrescenta que política internacional não é apenas sobre fazer guerra, assim como estratégia não é só sobre ganhar guerras, mas é um empreendimento em múltiplas camadas que une não só meios e fins militares, mas engloba também economia, ideologia e todos os aspectos de poder e influência de uma nação. Essa noção trouxe interação para as relações internacionais, nesse sentido, a política seria a capacidade das nações em reunir todos os elementos.

Nesse contexto, as opções de política externa são feitas por líderes políticos e, por isso, o que importa é a sua percepção de poder relativo. Apesar disso, os líderes não tem total liberdade para extrair os recursos e agirem da forma que lhes convém. Por conta disso, os realistas neoclássicos compreendem que os elos entre poder e política necessitam de um estudo aprofundado dos contextos onde as políticas são formadas e executadas. Eles compreendem o sistema de acordo com a forma que as pressões são trazidas para o ambiente interno, com as percepções dos que tomam as decisões e as estruturas domésticas (ROSE, 1998).

1.2 Processo decisório em dois níveis

Assim como realistas neoclássicos, Putnan (1988) em "*Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games*." sugere em suas pesquisas que os resultados alcançados por Estados Unidos, Alemanha e Japão na Cúpula de Bonn em 1978, poderiam ser diferentes se não houvessem as negociações internacionais e as pressões domésticas sobre as demandas internacionais feitas por cada minoria poderosa em cada governo.

Para entender melhor sobre o assunto com o exemplo citado, será contextualizada sobre a Cúpula de Bonn. Iniciada na década de 70, a Cúpula de Bonn foi um programa de recuperação global liderado pelas economias dos EUA, Alemanha e Japão com o intuito de favorecer a recuperação do ocidente depois do choque do Petróleo. Essa proposta teve forte apoio do presidente dos EUA, Carter, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e por alguns países independentes. A ideia dessa Cúpula era a de que tal cooperação superaria o desequilíbrio da balança internacional de pagamentos e impulsionaria o crescimento dos países envolvidos.

As pressões internacionais nortearam as mudanças políticas, mas elas não seriam suficientes sozinhas, as forças domésticas auxiliaram nessa decisão. Ao final das negociações, cada líder acreditava que suas ações eram pelo interesse da nação, além do seu próprio interesse. Todavia, sem o acordo com a Cúpula dos Líderes, as políticas domésticas não teriam se alterado, logo, Putnan (1988) conclui que o sucesso do Bonn se deu pela somatória de pressões domésticas e externas.

Essas interpretações são baseadas nos conceitos de segunda imagem de Waltz (2004) e segunda imagem invertida de Gourevitch. A segunda imagem das relações internacionais de Waltz está ligada às estruturas internas dos Estados, ou seja, suas instituições, políticas governamentais, posicionamento ideológico e outras características que sejam propensas a levar o Estado à uma guerra. Essa imagem explica as causas dos conflitos com a ideia de que democracias não vão às guerras. A resposta para elas não promoverem a guerra seria a pacificidade entre elas, além das instituições governamentais que servem para inibir as democracias de se envolverem em um conflito. Esse conceito trouxe uma consequência moral quanto aos Estados: os "bons" não fazem guerra, os "maus" fazem guerra, colocando os bons como democracias. Então, a segunda imagem seria as causas domésticas com suas

consequências internacionais. Nesse conceito, abolem-se os fenômenos externos e foca-se apenas nos fatores internos de cada Estado, como única razão para o comportamento deles. Esse pensamento da segunda imagem de Waltz tem a mesma linha de pensamento da escola *Innenpolitik* do texto de Rose (1998), onde se supõe que democracia e não democracias tem comportamentos diferentes e, por isso, agem de forma diferentes.

A segunda imagem invertida de Gourevitch (1978), criada a partir da inversão da segunda imagem de Walt, trata sobre a permeabilidade das fronteiras nacionais e o Estado afetado pelo sistema. Diferente da segunda imagem de Waltz, a segunda imagem invertida conceitua a ideia do impacto do sistema internacional nas políticas domésticas. O autor em seu texto *The second image reversed* fala que o sistema não é apenas uma consequência das estruturas e políticas domésticas, como é a sua causa e, indo além, Gourevitch (1979) fala que ambas estão tão interligadas e que deveriam ser analisadas juntas. Nesse caso, ele defende a interdependência entre as políticas domésticas e as relações internacionais.

O autor do texto "*Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games*" em sua visão, trouxe a concepção mais adequada dos fatores domésticos da política externa: os partidos, as classes sociais, os grupos de interesse, os legisladores e mesmo a opinião e os arranjos institucionais. Se gasta tanto tempo negociando com grupos domésticos, quanto se gasta negociando com grupos internacionais. Dado essas informações, as várias negociações internacionais podem ser interpretadas como um jogo em dois níveis, o doméstico e o internacional.

No nível doméstico, os grupos estão a perseguir seus interesses pressionando o governo a adotar políticas favoráveis e, os políticos buscam o poder construindo coalizões entre os grupos. No nível internacional, desejam maximizar habilidades com o intuito de satisfazer as pressões domésticas, ao mesmo tempo em que minimizam as consequências adversas das políticas externas. Os dois níveis tem que ser levados a sério pelos tomadores de decisão, pois, no sistema os Estados-Nação estão ao mesmo tempo interdependentes e soberanos. Putnan (1988) desenha essa relação como um jogo de xadrez onde os líderes políticos nacionais se encontram em ambos os lados do tabuleiro. No nível internacional estão as contrapartidas estrangeiras, no lado doméstico estão os representantes dos grupos chave de interesses. Ações responsáveis tomadas por um jogador de um lado do tabuleiro podem ser entendidas

como não racionais se tomadas do outro lado do tabuleiro, isso torna os jogos em dois níveis complexos. Sendo assim, Putnan (1988) observa a existência de fortes incentivos para que haja coerência entre os jogos e seja possível

The political complexities for the players in this two-level game are staggering. Any key player at the international table who is dissatisfied with the outcome may upset the game board, and conversely, any leader who fails to satisfy his fellow players at the domestic table risks being evicted from his seat. On occasion, however, clever players will spot a move on one board that will trigger realignments on other boards, enabling them to achieve otherwise unattainable objectives. (p.434)

É necessário que o negociador busque trabalhar pra construir um acordo que seja aceito em ambos os lados do tabuleiro, ele é a única conexão entre os dois lados, contudo, não é possível assumir a ideia de que o negociador não tem perspectivas políticas acerca dos acordos propostos ou que aja somente como um representante de interesses. Segundo Putnan (1988), empiricamente as opiniões e preferências do negociador podem divergir e muito das opiniões dos grupos domésticos. Como em todos os jogos, esse jogo, também tem suas regras, escolhas, seus ganhos, jogadores e suas informações definidas, entretanto, esse ainda pode ser um jogo com soluções difíceis, as negociações são arriscadas e custosas.

Os jogos podem ser divididos em dois estágios, assim como Putnan (1988) descreve em seu texto, o nível I é caracterizado pela barganha entre os negociadores enquanto buscam uma tentativa de acordo. O nível II é caracterizado por negociações separadas com cada grupo para chegar a um consenso sobre ratificar um possível acordo. Estes processos estão relacionados e, muitas vezes, os processos do nível II podem ser usados como barganha no nível I. O negociador conhecendo a demanda no nível II pode usar da argumentação de que por mais que ele queira fechar o acordo, ele não seria ratificado em sua casa.

Dada essa divisão das fases de negociação, é possível entender o quanto os dois níveis estão ligados e podem se afetar. As consultas prévias e barganhas no nível II podem afetar o objetivo inicial do nível I, e a necessidade da ratificação do nível II altera as barganhas no nível I. Ambos estão intimamente ligados e se tornam interativos, pois uma negociação no nível II pode abortar ações no nível I sem qualquer ação formal. Os negociadores tem que sondar os diferentes pontos de vista em sua base e tentar diferentes acordos, sendo que em alguns casos é possível que ao longo

das negociações os pontos de vista das bases se alterem. A ratificação, segundo Putnan (1988), pode envolver um processo formal de votação no nível II, representados por agências burocráticas, grupos de interesse, classe social ou até mesmo opinião pública. O processo de ratificação tem uma única restrição: resoluções iguais devem ser ratificadas pelos dois lados. Essa restrição faz com que um acordo no nível I não possa ser emendado no nível II sem que as negociações do nível I sejam reabertas. Na votação final da ratificação, só é possível votar a favor ou contra, qualquer modificação no nível I conta como rejeição e é necessário reabrir as negociações, a menos que essa modificação seja aceita em ambos os lados. Nos jogos nos dois níveis, a credibilidade de um compromisso pode ser baixa, mesmo que os custos de rejeição sejam altos, uma vez que o negociador é só um intermediário em benefício dos grupos e pode não ser capaz de garantir a ratificação do acordo. Isso abre o pressuposto de que os grupos domésticos estão mais dispostos a realizar um acordo e mais preocupados com um não acordo.

Com essas informações acerca dos arranjos institucionais, é possível definir o *winset*, que seria o conjunto de vitórias em determinada base do nível II com a maioria dos acordos possíveis no nível I que alcançariam apoiadores para ratificar o acordo quando fosse colocado em votação. Qualquer acordo possível de ser bem-sucedido tem que se encaixar no *winset* do nível II de cada uma das partes do acordo.

1.3 Grupos domésticos pró-Israel nos Estados Unidos

Para entender a relação entre os judeus e os estadunidenses é preciso pensar a história da aliança EUA-Israel desde os primórdios. Kraemer (2006) fundamenta o início dessa relação com o reconhecimento de Israel por parte dos Estados Unidos em 1948. Apesar do reconhecimento, no primeiro momento os Estados Unidos não os protegeu, logo Israel buscou ajuda com a URSS comprando armamentos e com a França na compra de aviões de caça e reator nuclear. Israel continuava a se sentir ameaçado pelos países árabes, o que culminou nas guerras em 1948, 1956, 1967, 1973. Somente em 1967, com a vitória de Israel sob seus três adversários, que os EUA atentaram para a potência militar e o potencial estratégico do país. A guerra de 1967 teve outro impacto sob os pensamentos estadunidenses, pois levou a um embargo no petróleo árabe, outro conflito que poderia trazer consequências iguais ou

maiores. Para impedir que isso acontecesse, os EUA criou a pax americana¹. Segundo Kraemer (2006) os EUA entenderam que se Israel se sentisse menos seguro, daria respaldo para mais ataques, mas se por outro lado ele demonstrasse receber apoio do Estado americano, dispersaria os que quisessem derrotar e lançariam medo com os custos de tentar. A estratégia funcionou e persuadiu o Egito a se aliar a eles, abandonando a URSS e encerrando a Guerra Fria no Oriente Médio. Desde 1973 os países árabes entenderam que Israel é forte e que os Estados Unidos estão por trás disso.

Após a guerra em outubro de 1973, Washington começou um apoio relativamente maior a Israel do que a qualquer outro Estado. Segundo Mearsheimer e Walt (2006), desde 1976 Israel é o maior receptor de assistência direta econômica e militar desde a Segunda Guerra Mundial. Dados de 2004 apontam cerca de 140 bilhões de dólares por ano é o montante recebido pelo Estado judaico, que chega a cerca de três bilhões de dólares. Esse valor representa 20% do orçamento de ajuda externa e cerca de um valor anual de 500 dólares por cada israelense. Diferente de outros Estados que recebem em prestações quadrimestrais, Israel recebe anualmente uma parcela inteira, além disso, a orientação com os gastos para Israel e outros Estados também é diferente. Israel é autorizado a gastar aproximadamente um quarto do valor para subsidiar sua própria indústria militar, enquanto os outros são recomendados a gastar toda a ajuda nos Estados Unidos.

Em um sentido mais amplo, essa relação se dá não apenas pelos fatos históricos, mas também por influências em diversos setores, sendo que um desses setores são os lobbys que são atividades dos grupos de interesse e, esses grupos de interesses podem ter sua definição expressa em:

Trata-se de uma atividade, ou melhor, de um processo, mais do que uma organização. É o processo por meio do qual os representantes de grupos de interesses, agindo como intermediários, levam ao conhecimento dos legisladores ou dos decision-makers os desejos de seus grupos. Lobbying é portanto e sobretudo uma transmissão de mensagens do Grupo de pressão aos decision-makers, por meio de representantes especializados (em alguns casos, como nos Estados Unidos, legalmente autorizados), que podem ou não fazer uso da ameaça de sanções. (PASQUINO, 1992, pp. 563-564).

¹ Hegemonia dos Estados Unidos, no pós Guerra Fria.

Em muitos casos o termo *lobby* vem com um símbolo pejorativo devido à forma como pode ocorrer de maneira ilícita e ilegítima, com a finalidade de lucros extremos dos lobistas. Entretanto, essa atividade nos EUA é lícita e em grande parte regulamentada por lei. O *Federal Regulation of Lobbying Act* (FRLA), de 1946, tem como objetivo principal estabelecer um sistema de registro dos lobbies, necessário a todos os grupos de influências que desejassem influenciar um processo legislativo no congresso e fazer uma divulgação sobre os que tentam influenciar o *lobby* de alguma maneira. Assim, era possível saber sobre qual projeto de lei o grupo ou indivíduo estava se posicionando, se era a favor ou contra; a descrição de despesas relacionadas à essa atividade, entre outros fatores, porém não está sob o controle do FRLA regular a conduta do lobby e suas ações financeiras.

Em 1995, o *Lobbying Disclosure Act* (LDA) entrou em vigor após décadas de esforço para regulamentação e divulgação de forma eficiente da ação do *lobby* no governo, que veio a substituir o *Lobbying Act of 1946*, após esse ter se tornado obsoleto. O LDA veio preencher brechas na lei anterior e para tentar manter certo grau de transparências nas atividades lobbyistas, além de limitar um valor quantificável para o registro que deve ser arquivado em relatórios bianuais de atividades financeiras (CITIZEN, 2005).

Usando como base as definições gerais do *lobby* e tendo por objetivo desse trabalho discernir as atividades do lobby de Israel na política estadunidense, se faz necessário entender melhor o conceito de *lobby* de Israel, que pode ser definido segundo Mearsheimer e Walt (2006a) "como uma forma [...] de identificar a frouxa coalizão de indivíduos e organizações que trabalham ativamente para empurrar a política externa dos Estados Unidos numa direção pró-Israel." O *lobby* não é formado por apenas uma coalizão em um movimento unificado e liderança central, nem tão pouco tem ideias homogêneas aceitas por todos aqueles que participam do movimento. O lobby pró-Israel, então, é um conjunto de pessoas focadas em influenciar decisões no governo dos Estados Unidos a favor de Israel.

Com um número relativamente grande de judeus em cada um dos 50 estados dos Estados Unidos, e com a condição da participação da sociedade civil ser aberta na política mediante os grupos de influência, dados de uma pesquisa realizada de 2004 revelaram que cerca de 36% dos judeus americanos "não eram muito" ou "não eram nada" ligados às questões de Israel (MEARSHEIMER; WALT (a), 2006). No entanto, as

ligações dos apoiadores do lobby de Israel vem de duas origens segundo Kraemer (2006): obrigação moral com o povo judeu, oriunda de toda história que os envolva e tenha culminado no holocausto; a outra razão seria o fato de que Israel é uma democracia em uma parte do mundo onde a democracia é pouco relevante. Todavia, as duas questões são fracas, pois se há uma obrigação moral, a tendência é que com o passar dos anos ela seja diminuída e, se Israel é apoiado pelos Estados Unidos apenas por ser uma democracia, a questão maior é que existem mais países não democráticos aliados aos Estados Unidos. O apoio dos Estados Unidos a Israel ainda pode ser fundamentado na fé. Muitos cristãos entendem e apoiam o *lobby* de Israel por vê-los como um plano divino e, o *Lobby* acabou se beneficiando dessas razões adotadas pela sociedade para ganhar força.

Um dos principais e mais famosos grupo de *lobby* pró-Israel nos Estados é o *American Israel Public Affairs Committee* (AIPAC). Sua missão é definida como: “*strengthen, protect and promote the U.S.-Israel relationship in ways that enhance the security of the United States and Israel.*” O AIPAC e outras agências de lobby exercem sua função de diversas formas, desde contato por cartas ou telefonemas com representantes, a participação em campanhas eleitorais, além de exercer seu papel junto à sociedade capacitando cidadãos politicamente engajados para construir uma relação com membros do Congresso em ambos os lados com um único fim: promover cada vez mais a relação entre ambos Estados. Mearsheimer e Walt (2006) citam em seu texto um trecho que mostra o desejo dos grupos de influência moldarem o interesse nacional:

Outros grupos de interesse específicos conseguiram influenciar a política externa, mas nenhum lobby conseguiu desviá-la para tão longe do que o interesse nacional indicaria, ao mesmo tempo convencendo os americanos de que os interesses dos Estados Unidos e os do outro país — no caso, Israel — são essencialmente idênticos.

Mearsheimer e Walt acusam o *Lobby* de Israel de desviar o interesse nacional para longe dos reais interesse nacionais dos Estados Unidos. Esse movimento é explicado claramente pelo realismo neoclássico. Diferente do neorrealismo que tem a política externa resultante moldada pela busca de sobrevivência no Sistema Internacional, o realismo neoclássico tem brechas para que os interesses nacionais moldem a política externa, tal qual o *Lobby* israelense já fez na política dos Estados Unidos. A teoria do realismo neoclássico respalda a política externa dos EUA de

permitir que os interesses nacionais não sejam apenas a sobrevivência no Sistema Internacional, como permite que outros assuntos estejam na pauta da política externa resultante.

Mearsheimer, como um realista ofensivo acredita que os Estados são atores principais nas relações internacionais, que o principal objetivo é a busca por sobrevivência e que os Estados estão constantemente insatisfeitos com a quantidade de poder que possuem, buscando a hegemonia. Os Estados Unidos permitir que o seu interesse nacional seja afastado em outra direção que não a de buscar a hegemonia, não pode ser entendido pelo realismo ofensivo de Mearsheimer, uma vez que defender os interesses de outro país não auxilia na maximização de poder, nem na sobrevivência no sistema que é anárquico.

Assim como o realismo ofensivo, o realismo defensivo também se preocupa com as questões de segurança internacional. Permitir que um outro Estado interfira em seus assuntos domésticos buscando a segurança nacional dele, como faz Israel através do *lobby*, alegando que as questões que eles se envolvem modificam e convencem os cidadãos dos EUA de que é o interesse nacional deles também, como diz Mearsheimer e Walt, é para garantir que Israel esteja são e salvo no Oriente Médio.

O *lobby* age tanto no âmbito legislativo quanto no executivo, onde se formam mais coalizões. O *lobby* de Israel tenta influenciar a política externa dos EUA nos campos de seus interesses, Mearsheimer e Walt (2006a) chegam a dizer que o *lobby* seria a força principal de atuação dos EUA no Oriente Médio, como no trecho acima. Os autores assumem que o *Lobby* de Israel dispõe de diversos recursos que os ajudam a alcançar seus objetivos. Apesar dessa forte ação, ele não controla a vida política dos EUA e algumas vezes pode tornar as decisões mais complicadas.

1.4 As ações do *Lobby* em conflitos no Oriente Médio

O acordo nuclear iraniano não foi a primeira ação do *lobby*, é possível perceber, ao longo da história, a interferência do *lobby* judaico por meio de pressão no

Congresso estadunidense em assuntos do Oriente Médio, como as que veremos ao longo do texto.

Desejando uma reorganização do Oriente Médio para dar poder a Israel na região e torná-la mais segura, o *lobby* foi considerado como uma força atrás da Guerra do Iraque em março de 2003. Segundo Philip Zelikow, que trabalhou como diretor-executivo da Comissão 11/09, a ameaça real que o Iraque representava não era uma ameaça direta aos EUA, mas uma ameaça não declarada a Israel (MEARSHEIMER; WALT b, 2006). Em sua maioria, os que se posicionavam a favor da guerra do Iraque eram neoconservadores americanos com estreitos laços com Israel, além dos principais líderes das organizações do *lobby* que atribuíram voz às campanhas da Guerra.

As President Bush attempted to sell the [...] war in Iraq, America's most important Jewish organizations rallied as one to his defense. In statement after statement community leaders stressed the need to rid the world of Saddam Hussein and his weapons of mass destruction (FOWARD, 2004).

Mesmo com a ansiedade de invadir o Iraque, usando o discurso de livrar o Iraque das mãos de Saddam Hussein, a comunidade judaica americana se posicionava menos favorável a ir à Guerra do que a população em geral, respectivamente, 52% e 62%. A influência não estava propriamente dita na comunidade judaica, mas sim na influência do saguão (MEARSHEIMER E WALT b, 2006).

Durante a administração Clinton, os neoconservadores já aspiravam a invasão ao Iraque. Em uma carta aberta ao presidente, em 19 de fevereiro de 1998, muitos representantes do *lobby* de Israel recomendaram: “uma estratégia política e militar para tirar Saddam do regime.”. Um trecho da carta dizia: *“It will not be easy-and the course of action we favor is not without its problems and perils. But we believe the vital national interests of our country require the United States to [adopt such a strategy].”* Como signatários estavam Elliott Abrams, Richard Armitage, John Bolton, Douglas Feith, Paul Wolfowitz, David Wurmser, Dov Zakheim, Richard Perle, Donald Rumsfeld, William Kristol, Joshua Muravchik, Leon Wieseltier, e Stephen Solarz (SNIEGOSKI, 2005). Apesar disso, eles não encontraram apoio o suficiente para realizar tal evento, que aconteceu depois do 11 de setembro levando Bush e Cheney a tornarem-se fortes defensores de uma guerra para derrubar Saddam. Em uma reunião com o presidente

Bush em 15 de setembro, o neoconservador Paul Wolfowitz, uma das pessoas empenhadas, especialmente para persuadir Bush, defendeu atacar o Iraque antes do Afeganistão, mesmo sem nenhuma evidência de que Saddam estava envolvido nos ataques ao *World Trade Center*.

Fora do âmbito da administração, os neoconservadores faziam a propaganda em volta da invasão do Iraque como um caso essencial à guerra contra o terrorismo. O esforço era pra manter pressão sobre Bush e superar a oposição à guerra dentro e fora do Congresso. Após os ataques, foi publicada uma carta aberta ao presidente, publicada no *The Weekly Standard*. A carta falava sobre a missão corajosa e visionária que o presidente estabeleceu, prometendo não só encontrar Osama Bin Laden como acabar com a Al Qaeda e com cada grupo terrorista em alcance global, lembrando o presidente de que "*Israel has been and remains America's staunchest ally against international terrorism*". Essa campanha foi essencial para invadir o Iraque, tornando Saddam uma ameaça ao olhar de todos (MEARSHEIMER E WALT b, 2006). Os grupos e indivíduos que trabalharam em prol de levar os Estados Unidos a guerra contra o terror, tiveram a ajuda do atentado de 11 de setembro pra convencer o presidente Bush e o vice-presidente Cheney a considerarem uma guerra ao terrorismo. Os envolvidos foram rapidamente eficientes em conectar o atentado à figura de Saddam Hussein, ainda que não houvesse provas suficientes contra ele, e a sua queda como objetivo final pra vencer a guerra. Para Mearsheimer e Walt (2006b). Era pouco provável de que sem as ações do *lobby* os Estados Unidos teriam começado a guerra em 2003.

A Guerra do Iraque serviu como primeiro passo para organizar e ordenar o Oriente Médio. Essa medida da política estadunidense tinha o *Lobby* de Israel por trás. Esse ponto é fortemente reforçado pela matéria no *The Wall Street Journal*, com título "*President's Dream: Changing Not Just Regime but a Region: A Pro-US, Democratic Area Is a Goal That Has Israeli and Neoconservative Roots*". A matéria dizia que o sonho de Bush era fazer com que o Oriente Médio fosse diferente e seguro para os interesses americanos.

Depois da queda de Bagdá, os israelenses começaram a incentivar a administração Bush para se atentar à uma possível intervenção na Síria. Ariel Sharon que atuou como primeiro-ministro de Israel, concedeu entrevistas em vários jornais israelenses alegando que os israelenses tinham uma longa lista de questões a exigir

dos Sírios e que essa questão devia ser feita através dos EUA. Nessa mesma época, o jornal *Washington post* relatou que Israel estava alimentando uma guerra contra a Síria ao repassar relatórios de inteligência aos Estados Unidos sobre as ações do *Bashar al-Assad*. No âmbito do Congresso, o congressista Eliot Engel introduziu a *Syria Accountability and Lebanese Sovereignty Restoration Act*, onde pedia sanções contra a Síria caso essa não viesse a desistir de suas armas de destruição e de seu apoio ao terrorismo e, indo além, ele recomendava fortemente que ambos os países tomassem medidas para fazer paz com Israel (MEARSHEIMER E WALT b, 2006).

É notório que o *lobby* e, principalmente o AIPAC, apoiou fortemente essa lei, diferente do governo Bush que não tinha grande interesse por ela, o que a levou a ficar um bom tempo em repouso até o ato antissírio vencer na casa (398-4) e no senado (98-4) e o presidente assinar (SALHANI, 2004). Sendo assim, o governo Bush ficou indeciso quanto a tomar uma posição mais firme em relação à Síria, tendo em vista que as informações que foram passadas não representavam uma ameaça aos EUA.

Anos depois do governo Bush, outro caso de *lobby* pode ser percebido na política externa estadunidense. A administração Obama foi julgada como confusa, sem direção no início da primavera árabe. Segundo Mast (2014), as ondas revolucionárias do Oriente Médio foi o teste do governo Obama em conciliar valores liberais e objetivos quanto à luta do povo pela liberdade e manter a estabilidade econômica e política do seu maior aliado árabe, o Egito. A preocupação de Israel com a primavera-árabe só ganhou relevância quando os israelenses temeram pela instabilidade e surgimento de políticas que emergissem contra ele e outros aliados. O que só instigou Israel a ficar na defensiva e aumentar a força para conter a ameaça árabe. Nesse momento, Israel, enquanto se afastava da Síria, não só porque ela tinha um regime hostil sob o comando de *Bashar al Assad*, mas também pelo interesse em manter o *status quo* na região ao invés de ajudar em mudanças nos regimes, se aproximava de Jordânia e Egito. Simultaneamente, no Congresso estadunidense o AIPAC ocupou-se de pressionar para que o apoio a Israel fosse favorável, no entanto, Obama decidiu suspender a ajuda ao Egito, sem ao menos consultar o Congresso, o que pegou a todos de surpresa.

Israel e seus apoiadores estiveram exercendo muita influência na política dos Estados Unidos ao lidar com assuntos voltados para o Oriente Médio, tentando

impedir qualquer ameaça ao Estado de Israel. Em um ambiente tão instável, Israel estava protegida pela maior potência do mundo, assegurando sua existência.

Ao longo do capítulo um foram abordados conceitos importantes para o entendimento da influência do *lobby* israelense na política externa estadunidense no processo de negociações do Acordo Nuclear Iraniano. Para entender as negociações no âmbito internacional, o modelo de Putnam explica o processo decisório em dois níveis interdependentes. No Nível I, classificado como o momento de barganhas entre os negociadores os chefes de Governo dos Estados envolvidos nas negociações, no caso do Acordo Nuclear Iraniano: Estados Unidos, Rússia, China, Reino Unido, França, Alemanha e Irã. Esse momento das negociações será discorrido no próximo capítulo, com mais detalhes sobre a posição de cada participante das negociações no âmbito internacional. E o Nível II é a negociação entre os atores domésticos para ratificar o acordo. Nesse Nível o Congresso precisa ser consultado antes de ratificar, podendo sugerir alterações no acordo do Nível I, casos que demonstrarão a ação do *Lobby* Israelense na política dos Estados Unidos durante as negociações do Acordo Nuclear, será discorridas no capítulo 3. Nesse nível, o *lobby* israelense participou sugerindo mudanças que serão discutidas no próximo capítulo. Outro conceito fundamental é o *win-set* que delimita os acordos ratificáveis no Nível II e aumenta a possibilidade de ocorrer acordos no nível I.

CAPITULO 2

No capítulo um foi determinado o objeto de estudo e o referencial teórico. No capítulo adiante o momento é de desenvolver o assunto em questão e os seus

desdobramentos no cenário mundial. Para isso, é importante contextualizar sobre a relação EUA-Irã e Israel-Irã para entender como se dão as motivações de cada um para realizar as negociações. Outra contextualização importante é a do Acordo Nuclear do Irã, que dará embasamento para entender o Acordo e as negociações no Nível I, entre *Lobby* Israelense e EUA.

2.1 Relação EUA-Irã

A República Islâmica do Irã tem uma relação repleta de conotação com os outros Estados no Sistema Internacional. O Irã em sua história lutou contra a dominação de países estrangeiros e pela caracterização de sua identidade nacional. Aos olhos dos EUA, o Estado Iraniano pode ser considerado como um Estado de alerta em relação à capacidade de destruição, rejeição da ideologia ocidental e a participação de países estrangeiros. Para a maior parte do mundo, o Irã é facilmente associado ao terrorismo e, essa imagem não começou no atentado do 11 de setembro, sendo que esse evento apenas reforçou essa imagem, pois, conseqüentemente o Irã é reconhecido como Estado que não respeita os direitos humanos e propaga o uso de armas de destruição em massa (ARANTES, 2004).

A representação do Irã terrorista somada ao pouco conhecimento do país e da cultura, criam argumentações que dão respaldo aos Estados para atacar e querer dominar o Estado Iraniano, porque vai contra toda a ideologia democrática ressaltando cada vez mais a ideia de que esse é um Estado perigoso. Pensamento esse que se relaciona com a segunda imagem de Waltz (2004) explicando as estruturas internas dos Estados. Supõe-se que por causa das instituições e políticas governamentais democráticas, as democracias não vão à guerra.

Levando em consideração que o Sistema é integrado por Estados democráticos e a República do Irã não se encontra nessa posição, o modelo de Sistemas de Hegemonia de democracias de mercado de Viola e Leis (2007) explica que a ordem mundial é dominada por Estados, em sua maioria, democráticos. Eles são maioria em Organizações Internacionais, têm a maior porcentagem em quantidade de equipamento bélico e possuem muito mais recursos financeiros em relação aos países não democráticos. Estar fora desse grupo deixa o Estado suscetível à ocupação e interferências, uma vez que esse modelo de hegemonia de democracias de mercado

pode servir como legitimação da ocupação dos que não fazem parte da hegemonia de democracias para poder "colocá-lo nos eixos". A negociação do JCPOA coloca sobre a mesa a discussão sobre a interferência de outros Estados na questão Nuclear do Irã. Estados como Índia, Israel e Paquistão, todos reconhecidamente com regimes democráticos, renunciaram ao "direito" de adquirir armas nucleares, apesar de já terem realizados testes com armas nucleares². Apesar de tais Estados não serem signatários do TNP, não há nenhuma menção de intervenção nos países por conta de ameaças à paz e segurança internacional, como há no Irã.

Com a intenção de manter a ordem e paz, em 2002, o presidente George W. Bush colocou o Irã no "eixo do mal"³ juntamente com Coreia do norte e Iraque, porque os três Estados possuem armas de destruição em massa e são acusados de incitar e patrocinar o terrorismo local. Segundo o governo da Casa Branca eles são uma ameaça à estabilidade mundial (BBC, 2002).

Outro fato importante na história do Irã é a sua localização geográfica, que é considerada estratégica devido aos recursos naturais. Os empresários estadunidenses mantinham grande controle sobre o golfo pérsico com a Exxon e Mobil, que tinham ações da *Iraq Petroleum Company*, a companhia estadunidense Gulf, proprietária de metade da *Kuwait Oil Company* e a Texaco e a *Standard Oil Company of California* (SOCAL), controlando quase totalmente o petróleo da Arábia Saudita. Embora mantivessem o controle no golfo pérsico, somente a Inglaterra tinha concessão para usar o petróleo iraniano, por causa do acordo de petróleo de 1933. Em 1941, o petróleo se tornou propriedade dos ingleses depois da insatisfação com o governo de Xá, que não mantinha a ordem política e nem os privilégios petrolíferos a eles (ARANTES, 2004).

O protetorado inglês nas terras iranianas entrou em declínio aumentando a consciência política e anti-imperialista na parte mais elitizada da população e na igreja. Em meio a Segunda Guerra, os EUA enviaram tropas militares ao Irã e aproveitaram

²Em 2016 ex-ministro da defesa de Israel, comentando sobre os planos de Islamabad ajudar contra os militantes da Síria, o ex-ministro não descartou a possibilidade de promover ataque nuclear ao Paquistão. Em resposta o chefe militar do Paquistão disse, que Israel se esquece que o Paquistão é uma potência militar. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/oriente_medio_africa/201612267282764-paquistao-ameaca-israel-armas-nucleares/>.

A Índia tem agora a capacidade de construir armas nucleares com o mesmo poder de destruição que aquelas nos arsenais das maiores potências nucleares do mundo, aumentando sua defesa estratégica contra possíveis agressores na região. Disponível em: <<https://noticias.bol.uol.com.br/internacional/2009/09/28/ult579u2908.jhtm>>

³ O termo eixo do mal, remete ao eixo Berlim-Roman na Segunda Guerra Mundial e o termo mal remete ao império do mal, forma que o governo Reagan usava para falar sobre a URSS. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/1796034.stm>>

a oportunidade para impedir que tropas soviéticas se instalassem na região. Desta forma, os EUA poderiam calmamente ir se afirmando como influência no Estado e substituindo os ingleses na política do Oriente Médio. Nesse meio tempo, a monarquia de Xá assinou um acordo com os EUA permitindo que o acesso a diversos documentos de cunho confidencial em relação à guerra do Irã, bem como autonomia para pesquisar e sugerir nomes para os oficiais militares. Xá percebeu que o governo da forma que estava, o colocava como fraco e, para alcançar poder transformou seu reinado em monarquia constitucional. Em 1946, o monarca Xá, temendo que seus poderes fossem destituídos, pediu ajuda aos EUA que comesçassem a controlar o sistema constitucional em troca de concessões petrolíferas. Três anos após os EUA assumir o controle do sistema constitucional, o monarca conseguiu que a constituição fosse alterada e assumiu a posição de monarca absolutista. Com o apoio dos EUA, ele impediu o movimento democrático e os EUA aumentou mais a sua influência, tendo liberdade para impor seus interesses (ARANTES, 2004).

O Presidente Mohamed Mossadeq foi eleito em 1951 e levou o Irã à nacionalização do petróleo. A *Anglo-Iranian Oil Company* (AOIC) foi nacionalizada e indignou os ingleses, transformando essa perda em um caos na região. A expulsão da Inglaterra do Irã causou um sentimento de alerta para uma possível nacionalização das demais refinarias estratégicas da região, como Kuwait e Canal de Suez no Egito. Mossadeq desconfiou que os britânicos estavam conspirando contra o Irã rompeu relações com a Inglaterra e expulsou do território os britânicos abrindo espaço para que os EUA fizessem uma entrada no processo de nacionalização do petróleo do Irã. (PATRICK, 2005)

Em 1953, encabeçada pela Inglaterra e apoiada pelos EUA deu-se início a Operação Ajax, uma tentativa para remover o primeiro-ministro eleito democraticamente Mossadeq. O governo iraniano estava insatisfeito com os termos de seu contrato da *Anglo-Persian Oil Company*, que permitia que os Britânicos reivindicassem 85% dos lucros do petróleo do Irã. O Irã votou na nacionalização da indústria do Petróleo em 1951, depois que os britânicos se recusaram a renegociar os termos. O golpe comandado pela CIA e foi bem sucedido. E o ditador Mohammad Reza Pahlavi assumiu o governo do Irã (HERMAN, 2012)

Anos seguintes à Revolução Islâmica que ocorreu em 1979, em resposta ao domínio externo, teve o Estado transformado em república islâmica, enfatizando a

presença religiosa e dando início ao isolacionismo, exceto com os seus iguais, os muçulmanos (ARANTES, 2004). Essa situação deu início à relação conturbada do Irã-EUA, culminando no corte de relações diplomáticas entre os países após a Embaixada do Teerã nos Estados Unidos ser invadida e ter americanos como reféns. Desde então, a relação entre os dois Estados estão cortadas (FACT SHEET, 2015). Embora suas relações sejam cortadas, os EUA mantém política de repressão com a República do Irã, os acusando de ser um perigo à região e uma ameaça à paz do mundo ocidental. Apesar disso, os Estados Unidos tem certa preocupação sobre o Programa Nuclear do Irã, o patrocínio do terrorismo e direitos humanos. Porém, durante os 36 anos que se passaram desde que as relações foram cortadas, nenhuma das tentativas por parte dos presidentes em reestabelecer relações com o Irã foi bem sucedida (GIBSON, 2015).

Desde o rompimento das relações entre os Estados, após a invasão da Embaixada dos EUA em Teerã em 1979, a primeira tentativa de reaproximação foi em 1985, por meio de autoridades Israelenses. Eles procuravam facilitar uma abordagem entre *Akbar Hashemi Rafsanjani*, consolidando a Missão Teerã, onde funcionários de altos cargos dos EUA viajaram para negociar Armas em troca dos reféns mantidos no Líbano. Essa abordagem falhou quando detalhes da operação vazaram para a imprensa e quase levou o governo Reagan abaixo (GIBSON, 2013).

Durante 1988 o governo de George W. Bush, os EUA tentaram mais uma vez uma aproximação com o Irã para libertação dos reféns. O regime iraniano respondeu com boa vontade. No ano seguinte, em 1989, Rafsanjani foi eleito presidente, e ofereceu ajuda para acabar com a crise dos reféns no Líbano. Essa mudança que o Presidente Bush disse que queria explorar essa oportunidade ao máximo. (WEINRAUB, 1989).

No governo Clinton, as relações entre eles passaram por problemas. Após a guerra do golfo, os EUA tentaram conter o Irã e o Iraque. Essa tentativa de contenção dos Estados era confusa. O Presidente Clinton defendia que os EUA fizessem o papel de equilíbrio e, na verdade, para fazer o equilíbrio dessa relação os EUA precisava do Irã para equilibrar o Iraque e vice-versa (GIBSON, 2013).

Posterior ao ataque as torres *World Trade Center* em 2001, o Irã se manteve aberto para prestar ajuda ao governo americano. De acordo com Bruce Reidel, ex-funcionário do governo estadunidense, os EUA mantiveram uma estreita colaboração

para derrubar o governo do Talibã, entretanto, George W. Bush os colocou no "Eixo do Mal" (GIBSON, 2013). Em 30 de janeiro de 2002, Bush fez seu primeiro discurso e, um dos pontos levantados pelo Presidente foi abordar sobre os 'Eixos do mal', sendo esse o segundo objetivo do governo de Bush. O primeiro era fechar campos terroristas, interromper planos terroristas e levá-los a justiça. Para ele o Irã perseguia agressivamente as armas e exportava o terror.⁴ Com armas de destruição em massa, esses regimes apresentavam ameaças graves e crescentes. Com efeito, ele esteve comprometido em combater a política do 'Eixo do mal'. Sem data marcada para isso acontecer, ele estabeleceu a problemática do grupo como ponto principal da política externa de seu mandato. O evento do 11 de setembro colocou a questão do terrorismo em evidência e ascendeu o debate sobre disseminação de armas nucleares, químicas e biológicas como ameaça mundial (ECONOMIST, 2002).

Quando Barack Obama foi eleito, houve grande otimismo esperando que ele fosse alcançar grandes avanços. Durante sua campanha eleitoral o ex-Presidente Obama indicou que estava disposto a falar diretamente com o Irã. Em 2013, quando o Rouhani foi eleito, a relação EUA-Irã mudou. Rouhani condenou o uso de armas químicas na Síria e, por trás dessa declaração, ele queria alívio das sanções em troca de um compromisso sobre o programa nuclear do Estado iraniano. Tanto Obama como Rouhani se viram como parceiros dispostos retornar a relação. Com esses presidentes houve a primeira comunicação direta entre EUA-Irã após a revolução iraniano em 1979 (GIBSON, 2013).

2.2 Relação Israel-Irã

Antes de estarem em lados opostos nas negociações do Acordo Nuclear do Irã, Israel e Irã não estrelovam um conflito. Sem interesses econômicos ou regionais em comum, Irã mantinha interesse na área do Golfo Pérsico e Israel no Levante (grande área do Oriente Médio que engloba Síria, a Jordânia, Israel à Palestina, Líbano e a Chipre), os dois Estados frequentemente se relacionavam por meio da cooperação (KAYE *et. al.*, 2011).

⁴BBC News. *Full text: State of the Union address*. 30 jan 2002. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/1790537.stm>>

A relação entre os dois Estados é datada desde o nascimento de Israel em 1948. Os dois desenvolveram sua relação baseada no interesse em manter o pan-arabismo afastado e, essa amizade se manteve forte até a revolução iraniana em 1979. Nas décadas em que a relação esteve viva, o Estado iraniano foi um importante remetente de petróleo à Israel (SIMON, 2010).

Mesmo depois do rompimento entre os dois, o Irã comprou armas de Israel algumas vezes, após 1980, quando ocorreu a invasão do Iraque no Irã, na província Khuzestão, localidade fértil em petróleo. Ainda que Israel esperasse um retorno do alinhamento entre os dois Estados por causa do comércio militar, alguns anos depois o Irã esteve na frente do treinamento do exército *Hezbollah* que lutou contra Israel (SIMON, 2010). O *Hezbollah* é uma organização política e militar do Líbano. Financiado pelo Irã, eles estiveram à frente da expulsão de tropas israelenses do Líbano (BBC, 2011). Essa guerra entre Israel e *Hezbollah* foi percebida como uma guerra entre Israel e Irã. Essa ação do Irã o colocou como Estado de grande poder na região.

Em 2003 os Estados Unidos invadiu o Iraque e eliminou o adversário de Israel e Irã. Nessa época, o Irã reforçou seu poder na região.

Irã considera Israel cada vez mais como um Estado geopolítico rival militar, com estreitos laços com Washington. Israel é o único país da região que considerou a ação militar contra o Irã, em relação ao Irã seguir em frente como projeto nuclear. A rivalidade entre os dois emergiu como uma definição do ambiente no Oriente Médio (KAYE *et. al.*, 2011).

Os Estados que já foram aliados hoje se vêem como rivais de influência na região. O Irã vê Israel como um concorrente querendo eliminar o sistema revolucionário iraniano, já Israel vê o Irã como uma ameaça à sua segurança. O surgimento de bombas nucleares no regime do Irã aumentaria a tensão e as perspectivas de conflitos armados entre eles. Mesmo que o Irã não tenha a intenção de usar armas nucleares contra Israel, a possibilidade cria uma tensão e os tornam concorrentes regionais, ruindo a relação entre eles. Qualquer erro ou ausência de comunicação poderia ser interpretado de forma errada culminando em algo perigoso (KAYE *et. al.*, 2011).

Com as armas nucleares, o Irã poderia se aproximar de outros Estados na região e desgastar ainda mais a influência dos EUA na região e, conseqüentemente,

a influência e espaço de Israel. Certamente que há outras preocupações de Israel em relação à posse de armas nucleares pelo Irã e, a segurança nacional dos israelenses é uma delas. Com armas nucleares o *Hezbollah*, aliado do Irã, poderia vir a atacar fortemente o Estado sionista. Há indícios de que *Hezbollah* não ataque Israel por medo de retaliação israelense em Beirute. Outra questão em relação à segurança de Israel seria a proliferação de armas nucleares na região. A preocupação de Israel em relação a uma ordem multipolar militar está intimamente ligada à sua segurança (KAYE *et. al.*, 2011).

Em grande parte, as alegações dos representantes da Nação de Israel em relação ao Acordo Nuclear Iraniano é devido à questão de insegurança que Israel sente se o Estado Iraniano tiver capacidade bélica nuclear, pois acreditam que certamente seria o primeiro alvo deles. Essa crença justifica a ação do *Lobby* de Israel no Nível I das negociações. Antes de ser aprovado, o Acordo passou várias vezes pela avaliação do Congresso, mais precisamente pela avaliação criteriosa do *Lobby* de Israel, que “sugeriu” mudanças pontuais em relação às sanções que o Acordo deveria ter.

2.3 Contextualização histórica do acordo nuclear do Irã

As negociações mostraram uma dinâmica que afeta a forma como os Estados abordam os futuros conflitos de proliferação de armas e o potencial para resolver de maneira diplomática.

França, Alemanha, Estados Unidos, Reino Unido e talvez a China e Rússia, viram no caso do Irã um problema de conformidade. O Irã violou as regras de não proliferação. A exigência de que o Irã suspendesse todas as atividades relacionadas ao enriquecimento e reprocessamento de urânio, não estava sendo cumprida por ele (PERKOVICH, 2016).

O Acordo Nuclear do Irã é conhecido como *Joint Comprehensive Plan of Action* (JCPOA), que prevê que o Irã sofra limitações de enriquecimento de urânio durante 25 anos e que nesse período seja fiscalizado internacionalmente, além de sugerir que os 95% do urânio já enriquecido seja dissolvido ou enviado ao exterior. Foi concluído o acordo em 2015, onde o P5+1 (EUA, Rússia, China, França, Reino Unido e Alemanha) e o Irã, chegaram à uma resolução final sobre o Programa. Antes de ter

sido finalizado, a notícia de que o JCPOA teria uma versão finalizada foi vista pela chefe da diplomacia, Federica Mogherini, como uma boa notícia (CALADRIN e MAGNOTTA, 2015). Entretanto, do lado oposto anunciava o Primeiro Ministro Benjamim Netanyahu que o Acordo se tratava de um erro histórico, um mal acordo e ainda complementou dizendo que o mundo se tornava mais perigoso com um Estado como o Irã obtendo uma das armas mais perigosas do mundo (GIBSON, 2015) e uma vasta infraestrutura nuclear (CALADRIN e MAGNOTTA, 2015). Para entender todo o processo de negociações que começou dois anos antes de ter sido concluído, esse trecho do capítulo terá um breve histórico da diplomacia que deu base para o Programa Nuclear Iraniano.

Desde 1957 o Irã tenta aumentar sua tecnologia nuclear tendo ao longo desse ano sido suplementado com urânio enriquecido pelos EUA (MAST, 2014). O Parlamento Iraniano ratificou o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) no ano de 1970, instrumento que visa impedir a proliferação de tecnologias que venham a ser utilizadas para a produção de armas nucleares e promove o desarmamento incentivando o uso pacífico da tecnologia. Quatro anos após a ratificação, a Organização de Energia Atômica do Irã (OEAI) anunciou que planejavam 23 mil megawatts de energia ao longo de 20 anos envolvendo a construção de 23 novas usinas nucleares (DAVENPORT, 2016). Em 1979, quando durante a revolução Iraniana a Embaixada dos EUA em Teerã foi tomada, houve corte das relações diplomáticas entre os Estados. Nesse ano, os projetos nucleares visados pelos iranianos foram suspensos sendo retomados em 1985 (MAST, 2014).

Em agosto de 2002 o sistema internacional ficou alarmado com a suspeita de que o Irã estivesse desenvolvendo armas nucleares, como consequência disso, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) solicita por meio de uma resolução que o Irã suspenda o enriquecimento de urânio, além de permitir que os agentes de inspeção da AIEA realizem perícias na região. Nesta ocasião, o Irã concordou em ratificar a resolução e, conseqüentemente suspender o enriquecimento de urânio, além de mandar declarações sobre as atividades nucleares à AIEA (DAVENPORT, 2016).

Apesar do Estado Iraniano ter ratificado a resolução no ano seguinte, houve uma repreensão por parte da AIEA, porque o Irã não cooperou para que os agentes da Agência realizassem as inspeções necessárias. No ano de 2005 Rússia e Irã

fecharam um acordo no qual a Rússia fornecia combustível para um dos reatores Iraniano e, em troca, o Irã devolvia combustível nuclear irradiado. A intenção desse acordo era impedir que o Irã extraditasse plutônio para armas nucleares do combustível nuclear gasto. O Irã começou a produzir hexafluoreto em suas instalações, levando a AIEA a adotar uma resolução de desacordo com as ações do Irã. A resolução esclarecia que as atividades do Irã não eram de natureza pacífica (DAVENPORT, 2016).

No ano de 2006, pela primeira vez o Irã admitiu que enriquece urânio e, diante dessa declaração o P5 +1, componentes do Conselho de Segurança mais a Alemanha, propuseram ao Irã uma oferta de incentivo que os interessou a abrir as portas para a construção de um acordo e adotaram por unanimidade a resolução 1737, que adotou medidas baseadas no capítulo 41 da Carta das Nações Unidas: o Conselho de Segurança

Decides, in this context, that Iran shall without further delay suspend the following proliferation sensitive nuclear activities: (a) all enrichment-related and reprocessing activities, including research and development, to be verified by the IAEA; (ONU, p.2, 2006).

Além disso, a resolução decidia que todos os Estados estariam a partir daquele momento vetados de financiar, promover, transferir, comprar ou vender direta ou indiretamente qualquer item do que possuísse a bandeira Iraniana ou viesse do país. A resolução 1737/2006, aprovada unanimemente, precisou no ano seguinte ser substituída, uma vez que o Irã continuou enriquecendo urânio e falhando em cumprir as exigências adotadas no Conselho de Segurança. Em 2008 uma nova resolução foi aprovada acrescentando novas sanções relacionadas à questões financeiras e comerciais sobre materiais de desenvolvimento nuclear ao Irã, a resolução 1803. Nesse mesmo ano os representantes do P5+1 apresentaram propostas de incentivo ao Irã, somando com as apresentadas no ano de 2006 (DAVENPORT, 2016).

No início de 2010 o Irã começou a enriquecer 20% de urânio para o *Tehran Research Reactor* (TRR), primeiro reator do Irã em 1967. Nesse mesmo ano o Brasil, Turquia e Irã tentaram reabilitar o TRR *fuel-swap*, proposta que tem objetivo de trocar urânio por combustível de reator. No ano posterior, em um encontro entre Irã e P5+1, foram rejeitados o plano de condições do *fuel-swap* e normas de transparência que diminuiriam sanções e dariam direito de enriquecimento de urânio. Ao longo daquele ano o Irã declarou não estar fechado para oportunidades de desenvolver armas

nucleares, além de anunciar que triplicaria suas produções de urânio enriquecido, transferindo suas produções para a nova usina em Fordow. Em virtude disso, o Primeiro Ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, falou na Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre um possível ataque a Israel, já que o Irã acumulou urânio suficiente para possivelmente produzir uma bomba (DAVENPORT, 2016). Nesse mesmo ano o Senado aprovou em unanimidade um boicote ao petróleo do Irã como parte do *Comprehensive Iran Sanctions, Accountability, and Divestment Act* (LAKE, 2014).

Ao longo de 2012 as negociações no Nível I foram extensas e intensas, mas sem nenhuma resolução possível de ser aprovada, sendo retomadas no ano de 2013, onde as negociações no Congresso contaram com a forte participação do *Lobby* de Israel no nível II. Esse provavelmente foi ano em que o *Lobby* de Israel mais se mostrou ativo no Congresso durante a criação do Acordo Nuclear do Irã, criando novas sanções a cada negociação, o que será abordado no próximo tópico.

2.4 O Nível I das negociações do Acordo

O nível I das negociações do Acordo Nuclear Iraniano aconteceu entre os Chefes de Governo no âmbito do Conselho de Segurança da ONU. Depois de longos meses negociando, o P5+1 e o Irã chegaram a um acordo histórico para limitar e monitorar o programa nuclear do Irã.

Na posição de representante dos Estados Unidos, os presidentes sentaram-se à mesa com os tomadores de decisão do P5+1 e ao mesmo tempo em que negociaram as barganhas no nível II esperando que o acordo, ao chegar ao Congresso, fosse aceito. Durante os jogos de Dois Níveis, os presidentes ouviam as contrapartidas internacionais de um lado do tabuleiro e levavam as propostas dos grupos de interesses para o outro lado.

A questão nuclear foi negociada várias vezes entre o P5+1 e o Irã, construindo a confiança entre o Irã e a comunidade internacional. No início das negociações entre 2003 e 2005, o *Teerã* apresentou várias propostas que incluíam disposição de limitar as operações nas instalações nucleares e implementar medidas de transparências nas atividades nucleares. Essas propostas foram rejeitadas por serem obsoletas (DAVENPORT, 2014).

Em 2003 o Irã propôs aos EUA uma negociação sobre vários assuntos controversos a ambos. O trabalho foi dividido em três grupos de trabalhos sobre desarmamento, segurança regional e cooperação econômica. Entre os itens estão: Alívio de todas as sanções dos EUA contra o Irã; cooperação para estabilizar o Iraque; transparência total sobre o programa nuclear do Irã, incluindo o protocolo adicional; cooperação contra organizações terroristas; pleno acesso do Irã a tecnologia nuclear pacífica, bem como às tecnologias químicas e biotecnologias. A proposta foi rejeitada pelo Presidente Bush, em favor de colocar mais pressão no Irã (DAVENPORT, 2014).

A agência Internacional de Energia Atômica realizou inspeções em Natanz e Arak, confirmando atividades com urânio realizadas pelo Irã e recomendou que o Irã assinasse o protocolo adicional ao Tratado de não-proliferação Nuclear de 1970. Nesses termos, a UE3 assinou rapidamente um acordo conhecido como Acordo de Teerã. Essa foi considerada uma grande ação da UE3, usando o "*soft power*" com bons resultados (PAUW, 2007).

O grupo de trabalho político e de segurança da UE3 – Reino Unido, França e Alemanha – definiu alguns pontos para um compromisso para ambos os lados: o Irã não prosseguiria com as armas de destruição maciça; a rejeição de quaisquer ataques, ameaças de ataque ou sabotagem das instalações nucleares do Irã, estão na lista também cooperação ao combate ao terrorismo e cooperação regional em segurança no Iraque e Afeganistão (DAVENPORT, 2014).

Em 2004 os EUA e a AIEA denunciaram de forma independente o comportamento do Irã em relação ao Acordo de Teerã. Em setembro do mesmo ano o Irã retomou de forma efetiva e pública as suas atividades de conversão de urânio. Em período de eleições gerais no Irã, essa ação pode ter endurecido a postura do presidente Mohammad Khatami sobre os direitos nucleares de seu país. Khatami fez a corrida eleitoral e perdeu as eleições sendo sucedido por Hassan Rouhani, que apresentou propostas de estabelecer uma política de abertura e estabelecer relações com o ocidente visando diminuir as tensões internacionais. Além disso, Rouhani recebeu a nação em meio a uma crise, devido as sanções impostas a eles por causa do programa nuclear. Com a posse de Rouhani, a Grã-Bretanha pediu que ele definisse um novo Irã, dando um rumo diferente ao impasse e disputa com o ocidente. Era esperado que ele se envolvesse mais na questão do acordo do Irã, a fim de que o processo se desenvolvesse de forma construtiva com a comunidade internacional

(DEGHAN, 2013). Os Estados Unidos que também estavam em campanha eleitoral, estavam cada vez mais impacientes com o Irã. Ainda em 2004 os EUA exigiram que o Irã fosse levado ao Conselho de Segurança. A UE3 assumiu o desafio de negociar e concluir um acordo com o Irã, conseguindo em novembro de 2004 um acordo que prometia negociações mais amplas, benefícios econômicos e assistência tecnológica, mas em seis meses, em maio de 2005, o acordo foi desfeito (PAUW, 2007).

Em 2006 os Estados Unidos se juntou às negociações multilaterais. Os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, o P5+1, ofereceu ao Irã um pacote⁵ de propostas para negociar alguns pontos chaves: suspensão das atividades do Irã no processo de enriquecimento e reprocessamento de Urânio, retomada do Protocolo Adicional pelo Irã e mais alguns pontos relacionados a suspensão de discussão do programa no Conselho de Segurança e cooperação em aviação civil, telecomunicações, alta tecnologia e agricultura entre os EUA, U.E. e o Irã. A proposta foi rejeitada pelo Teerã, devido à exigência de que o Irã suspendesse suas atividades de enriquecimento de urânio. O projeto foi reelaborado e em agosto de 2006 e coincidiu com a adoção da resolução 1803⁶ do Conselho de Segurança, a terceira resolução das sanções da ONU sobre o Irã, por se recusar a suspender os projetos de enriquecimento de urânio (DAVENPORT, 2014).

Outras propostas foram negociadas e renegociadas até chegar à resolução final, aceita por todos. Para os negociadores internacionais, o Acordo foi bem sucedido. Com o acordo, o tempo necessário para que o Irã construa uma arma nuclear passou de meses para cerca de um ano. No cenário doméstico o Congresso não estava contente com o resultado, para isso, os congressistas aprovaram em 14 de maio, com votação no Senado (98 a 1) e na Câmara dos Deputados (400 a 25), uma lei que permita que o Congresso reveja qualquer acordo assinado pela Casa Branca (MARTIN, 2015).

O empenho do Nível II em barganhar com Obama, com a finalidade que o Acordo alcançado ficasse a gosto do *Lobby* Israelense. Esses debates no Nível II, que serão abordados com mais detalhes no capítulo seguinte, chamaram a atenção

⁵ *Elements of a proposal to Iran as approved on 1 June 2006 at the meeting in Vienna of China, France, Germany, the Russian Federation, the United Kingdom, the United States of America and the European Union.* 4 p. 2006. Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/en/reports/90569.pdf>

⁶ *COUNCIL, Security. Security council tightens restrictions on Iran's proliferation-sensitive nuclear activities, increases vigilance over iranian banks, has states inspect cargo. March. 2008.* Disponível em: <<http://www.un.org/press/en/2008/sc9268.doc.htm>>

da comunidade Europeia, em especial David Cameron, que chegou a conversar pessoalmente com muitos senadores em uma visita a Washington, apoiando o discurso de Obama de que mais sanções ao Irã não ajudaria a resolver o assunto. Dois meses depois da conversa do Primeiro Ministro Britânico, funcionários europeus expressaram publicamente críticas à carta enviada por Senadores Republicanos ao líder do Irã (MARTIN, 2015).

Na carta os senadores tentaram alertar sobre o "mal" acordo que estava sendo negociado. Essa carta explica como funciona a constituição estadunidense e como seria a internalização do Acordo, que sem a aprovação do Congresso seria apenas um acordo executivo:

First, under our Constitution, while the president negotiates International agreements, Congress plays the significant role of ratifying them. [...] Anything not approved by Congress is a mere executive agreement. [...] We hope this letter enriches your knowledge of our constitutional system and promotes mutual understanding and clarity as nuclear negotiations progress. (p.1)

Os Republicanos que assinaram as cartas foram liderados pelo Senador Tom Cotton, que chegou a receber US\$ 960.250,00 em apoio às campanhas publicitárias do *Lobby* feito pelo Comitê de Emergência de Israel (CEI). O republicano Cotton também foi responsável pela emenda constitucional na Lei H.R. 850, *Nuclear Iran Prevention Act of 2013*⁷, conhecida por "corrupção de sangue". A emenda tinha como proposta punir qualquer membro da família de malfeitores que viessem a violar as sanções. A lei, depois de idas e vindas, foi retirada pelo Senador (CARTER, 2013).

A carta do Senador Cotton partiu do Nível II para o nível I e deixou a comunidade europeia preocupada e impressionada do Congresso tentar barrar o acordo que foi tão arduamente negociado. Se o acordo fosse barrado no Congresso, haveriam consequências para os Europeus envolvidos por várias razões. Os europeus, além dos interesses e objetivos em comum, estão pensando nas oportunidades de aproximação econômica e política com o Irã (MARTIN, 2015).

Em 2008 o P5+1 apresentou um novo projeto revisado, acordado entre os países, excluindo os Estados Unidos, que as negociações começariam com um projeto de congelamento por seis semanas, no qual o Irã suspenderia o

⁷ 113TH CONGRESS 1ST SESSION. H.R. 850: *To impose additional human rights and economic and financial sanctions with respect to Iran, and for other purposes*. February, 2013. 27 p. Disponível em: <<https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/BILLS-113hr850ih/pdf/BILLS-113hr850ih.pdf>>

enriquecimento de urânio enquanto os países concordavam em não sancionar o Irã. Na reunião, o Irã emitiu um documento baseado nos pacotes negociados anteriormente. Ambos abordavam questões de cooperação política, econômica e de segurança, mas a proposta sugerida por Teerã não abordava as medidas que o Irã teria em relação ao seu programa nuclear (DEVANPORT, 2014). O Teerã insistiu que não suspenderia suas atividades relacionadas ao enriquecimento de urânio e a construção de seu reator de água pesada, sendo que esses eram os principais requisitos da proposta de incentivo e quatro resoluções do Conselho de Segurança (CRAIL, 2009).

Em 2010, Brasil e Turquia realizaram uma iniciativa diplomática para negociar o intercâmbio de combustível TRR com o Irã⁸. Os países fecharam o acordo para que o urânio iraniano fosse enviado à Turquia e, em troca, eles receberiam o produto enriquecido a 20%. No período de um ano haveria monitoramento de inspetores iranianos e turcos. Para as autoridades envolvidas, Lula, Ahmadinejad e Erdogan, o acordo encerra o impasse do programa (SIMON, 2010). Especialistas dos Estados Unidos acreditavam que seguir as propostas poderia acalmar os ânimos no Conselho de Segurança e evitar novas sanções. Após o anúncio do acordo, Israel se pronunciou criticando o Irã, afirmando que ele estava manipulando o Brasil e a Turquia (BBC, 2010).

Em 2013, as propostas do P5+1 foram baseadas nas propostas de 2012. A diferença é que as propostas 2013 deixavam em aberto a possibilidade de retomar as atividades na *Fordow*, além de permitir ao Irã manter parte de sua reserva de urânio. Em contrapartida, o P5+1 forneceria montagens de combustível para o Reator de pesquisa de Teerã; os Estados Unidos permitiriam a inspeção e reparação de segurança para aeronaves comerciais e forneceria peças sobressalentes no Irã; o grupo P5+1 aliviaria as sanções nas vendas de metais preciosos e petroquímicos. Em outubro do mesmo ano, o P5+1 e o Irã se encontraram novamente para uma rodada de novas negociações. Nessa ocasião, o Irã apresentou uma nova proposta. Após as rodadas do nível técnico, os Estados envolvidos nas negociações chegaram a um

⁸ Simon, Roberto. Brasil, Irã e Turquia fecham acordo sobre troca de urânio enriquecido. *Estadão*, Maio 2010. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/oriente-medio,brasil-ira-e-turquia-fecham-acordo-sobre-troca-de-uranio-enriquecido,552806>> Acesso em: 9 maio 2017

acordo que duraria o período de seis meses, correspondentes à primeira fase do acordo. Nesse período a AIEA emitiu relatórios mensais que avaliavam se o comportamento do Irã estava conforme previa o acordo (DEVANPORT, 2014).

No dia 1 de outubro de 2013 na Assembleia Geral da ONU, o presidente Hassan Rouhani sublinhou o direito inalienável do seu país de utilizar energia nuclear para fins pacíficos, salientando que o Irã estava plenamente empenhado em cooperar com a AIEA. Ao notar que houve declarações inflamatórias contra as atividades pacíficas do Irã, o presidente rejeitou a declaração dizendo: "*no one could dictate to Iran, which was a signatory to the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons and fully committed to its fulfilling obligations*" e prosseguiu direcionando seu discurso para Israel: "*Israel was the one in need of education, as the only non-party to the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons in the Middle East.*" Também disse que o Estado judeu deveria aderir ao TNP e colocar suas atividades sob salvaguarda deles. O presidente Rouhani disse que o Irã tem uma política de não-agressão há séculos (ROUHANI, 2013)⁹.

Em novembro de 2013, o presidente Francês François Hollande, garantiu ao primeiro-ministro Israelense, Benjamin Netanyahu, que a França continuaria a opor-se à uma redução das sanções econômicas contra o Irã. Hollande disse na cerimônia de boas vindas em Tel Aviv que "*France will not give way on nuclear proliferation, So long as we are not certain that Iran has renounced nuclear arms, we will keep in place all our demands and sanctions.*" Netanyahu, que era contra a diminuição de sanções ao Irã, disse ao seu gabinete: "*I hope that we will be able to persuade our friends during this week and in the days that follow to get a much better agreement*" (HELLER, 2013)

Netanyahu advertiu que Israel está pronta para atacar e impedir que o Irã adquira armas nucleares. Ele não teve apoio de Obama, que estava enfrentando possíveis movimentos no Congresso para aumentar as sanções, assunto que será abordado com detalhes no próximo capítulo, onde são tratados o Nível II das negociações.

Em um encontro que ocorreu em setembro de 2013 entre Obama e Netanyahu, ambos demonstraram o quanto os EUA e Israel estão ligados e, o acordo que se

⁹ *As General Debate Concludes, Prime Minister Urges Relentless Pressure on Iran, Vowing Israel Will Never Accept Nuclear Weapons in Hands of 'Rogue Regime'. Sixty-eighth General Assembly, Outubro, 2013. Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2013/ga11432.doc.htm>>*

pensava ter afastado os Estados serviu de pauta para que Obama afirmasse que “*Our unshakeable bond with the Israel people is stronger than ever, Our commitment to Israel's security is stronger than ever*” (BENTZ e SHOICET, 2013). Benjamim aproveitou a oportunidade para dizer que o acordo nuclear do Irã é um perigo à nação de Israel e a ruína do acordo seria o melhor para a segurança de Israel. “*Iran is committed to Israel's destruction, so for Israel, the ultimate test of a future agreement with Iran is whether or not Iran dismantles its military nuclear program. [...] That's the bottom line.*” (BENTZ e SHOICET, 2013). No Nível I Obama e Nethanyahu deixavam claras suas posições de parceria em favor de Israel. No nível II, o *Lobby* de Israel agia através de diversos projetos que pudessem impedir o Irã de sair beneficiado ou “íleso” das negociações. Para Benjamim, representante de Israel, as pressões sobre o Irã deveriam continuar fortemente até mesmo ser fortalecido se o Irã continuasse a avançar seu programa nuclear (BENTZ e SHOICET, 2013).

Na relação de Israel com os Estados Unidos, Benjamim acredita que o acordo com o Irã é um erro histórico, enquanto Obama acredita que é um avanço. Para ele o Irã vai ter caminho seguro para as armas nucleares.

Many of the restrictions that were supposed to prevent it from getting there will be lifted. Iran will get a jackpot, a cash bonanza of hundreds of billions of dollars, which will enable it to continue to pursue its aggression and terror in the region and in the world. This is a bad mistake of historic proportions.”
(BEAUMONT, 2015. p.1)

Diante dessa declaração, o primeiro-ministro Israelense ficou decidido a incentivar seus aliados no Congresso dos EUA a tentar bloquear o acordo (BEAUMONT, 2015). O Presidente Obama fez um discurso sobre novas sanções enviadas a ele pelo Congresso e como ele estava decidido a vetar novos projetos de sanções, pela segurança nacional dos EUA e pela chance da diplomacia ser bem sucedida (OBAMA, 2014). Nesse momento as negociações no Nível I e no Nível II se encontraram em conflito. A decisão do Presidente Obama vetar qualquer tentativa de novas sanções ao Irã foi uma tentativa de fazer o acordo prosseguir, uma vez que os jogos em dois níveis tinham que ser acordados em ambos os lados do tabuleiro igualmente, para assim ser assinado e ter validade. Uma vez que qualquer mudança a ser realizada no acordo é uma negativa ao acordo proposto e ele precisa voltar novamente a mesa de negociação no Nível I, isso faria com que o processo de negociações demorasse mais tempo, sem chegar à uma resolução final.

Antes de uma nova rodada de negociações começar, em 20 de novembro, depois que as negociações anteriores realizadas no início do mês não terem chegado à nenhuma conclusão, o presidente Iraniano, Hassan Rouhani, alertou sobre a imposição de sanções extras ao acordo, pois isso atrapalha o processo de seguir um rumo de 'ganha-ganha' (RT, 2013). Todos os envolvidos na mesa de negociações no Nível I sairiam beneficiados no fim da rodada por meio da cooperação.

Em novembro de 2013 as negociações estavam caminhando para uma resolução possível de ser aceita por todos. Essa esperança colocou mais de uma década de negociação muito perto do fim. Um dos negociadores no Nível I, o presidente da Rússia Vladimir Putin, afirmou que existia uma chance real do acordo ser solucionado. Apesar de Teerã ter sido acusada diversas vezes de estar desenvolvendo uma arma nuclear, outros presidentes e Rouhani do Irã, presidente presente na parte final do acordo, negaram. Segundo ele, todas as unidades nucleares do Irã eram pacíficas e sob controle (RT, 2013).

Israel não esteve em contato somente com os EUA, os russos também estiveram em sua lista de encontros em que a questão do Irã foi discutida. Benjamin aproveitou o encontro com Putin para insistir que a Rússia, junto com as outras potências, definissem termos duros para o Irã em qualquer acordo alcançado no Conselho de Segurança. Depois de não conseguir convencer os EUA de que esse era um mau acordo, Netanyahu procurou Putin e sugeriu que Israel estaria satisfeita se o Irã findasse todo o programa nuclear e se a Rússia citasse um acordo alcançado sobre a destruição de todas as armas químicas da Síria como um modelo. "*We think that it is possible to reach a better deal (over Iran) and it will require perseverance and insistence, of course*" (ANISHCHUK, 2013, p.1). Benjamim, lembrando que armas nucleares pertencentes ao Irã são uma ameaça direta a Israel disse: "*We do not want to see Iran with nuclear weapons*" (ANISHCHUK, 2013). Putin, apesar da conversa, manteve-se empolgado com a possibilidade do P5+1 chegar à uma solução final.

Israel, representada pelo Primeiro-Ministro Benjamim Netanyahu no Nível I e pelo *lobby* israelense no Nível II, estava em conformidade de pensamento. O *lobby* agia no congresso e o Benjamim conversava com os representantes do P5+1 tentando convencê-los sobre as melhores condições que o acordo poderia alcançar, na visão e para o benefício de Israel.

Quando a negociação de novembro retornou, a França se esforçou para colocar quatro compromissos adicionais ao Irã. Segundo as palavras do presidente Hollande em 17 de novembro: "Nossa primeira exigência é colocar imediatamente todas as instalações nucleares iranianas sob o controle internacional". O segundo: "suspender o enriquecimento de urânio a 20%. Terceira demanda: reduzir o estoque existente. Finalmente, parar a construção do reator Arak". Alguns observadores culpavam a França por ter uma posição dura diante das negociações, o que culminou em uma rodada de negociações sem acordo (HUBERT, 2013).

Na rodada de negociações de novembro de 2013 em Genebra, Laurent Fabius recusou-se a endossar o roteiro apresentado pelos EUA e pelo Irã, já que considerava que não exigia o suficiente. Em Lausanne, em março de 2015, o ministro francês dos Negócios Estrangeiros afirmou que a missão da França era garantir a realização de um acordo sólido. A posição de Paris causou tensões com Washington, quando o embaixador francês nos EUA, Gerard Araud, criticou¹⁰ a medida de por uma data final para fechar o acordo, alegando que era contraproducente e perigoso, entendendo que o governo Obama estava com muita pressa pra fechar o acordo a qualquer custo (KAYALI, 2015).

Tanto os EUA quanto Teerã estavam pressionados a conseguir um acordo rapidamente para manter a pressão política dos grupos de interesses domésticos afastados. O Congresso estadunidense estava ameaçando aprovar leis de sanções que poderiam dispersar as negociações. Mohammad-Hassan Asafari, membro sênior da comissão parlamentar iraniana de segurança nacional e política externa deu a seguinte declaração sobre a questão que envolve a tentativa do Nível I, interferir no Nível II.

The US Congress has recently been seeking to approve a bill to increase sanctions against Iran," said Mohammad-Hassan Asafari a senior member of Iran's parliamentary committee on national security and foreign policy. The US Congress has recently been seeking to approve a bill to increase sanctions against Iran, It has been decided that the negotiations be suspended if the bill gets through the US Congress." (BORGER; GEHGHAN; SHERWOOD, 2013)

Nesse sentido Obama não pretendia assumir a realidade do realismo neoclássico diante dessa situação, ao correr para negociar e aprovar um acordo sem

¹⁰ "#Iran. Making the end of March an absolute deadline is counterproductive and dangerous. Need all our time to finalize a complex agreement". Gerard Araud on Twitter. Disponível em: <<https://twitter.com/gerardaraud/status/578976454848950272>>

a interferência dos grupos domésticos ele não deixa a natureza da política externa ser alterada pela intervenção dos grupos de Lobby israelense. Como já dito nesse capítulo, Obama declara que todas as sanções seriam vetadas por ele.

A rodada que aconteceu em novembro de 2013 resultou em um acordo para parar o programa nuclear iraniano em troca de alívio das sanções. Durante seis meses o Irã interrompe o enriquecimento de urânio e a construção do reator de Arak, assim como sugeriu a França, além de aumentar a frequência de inspeções da ONU no território, em troca o Irã poderia ter acesso ao comércio de metais preciosos e exportação de petróleo. (CROSSLAND, 2013)

O Irã concordou em: parar de enriquecer urânio a 20% de níveis; não aumentar a reserva de urânio pouco enriquecido, não instalar novas centrifugas em nenhuma instalação de enriquecimento de urânio; suspender o reator de água pesada da Arak; permitir inspeção da AIEA com acesso diário as instalações; apresentar a AIEA relatório com informações sobre o reator de água pesada de Arak; trabalhar com o P5+1 e a AIEA para esclarecer qualquer preocupações sobre o programa nuclear. Em contrapartida, nos próximos seis meses, o P5 + 1 concordou em: Descongelar os fundos congelados do Irã em contas bancárias ultramarinas; suspender as sanções da UE e dos EUA sobre as exportações petroquímicas, de ouro e de metais preciosos do Irã; suspender as sanções dos EUA contra a indústria automobilística do Irã e concordar em vender peças sobressalentes para a aeronave civil Boeing; permitir que o Irã continue vendendo petróleo nos níveis atuais e não sancione companhias marítimas para transportar estas expedições de petróleo legítimas; não impor novas sanções nucleares do Conselho de Segurança da ONU; criar um canal financeiro para facilitar melhor a compra de bens humanitários pelo Irã. Muitos dos quais não são sancionados e podem até ser explicitamente isentos de sanções, mas que foram negados ao Irã por bancos internacionais preocupados com violações de sanções (EUROPEAN, 2013).

Após mais de cinco anos desde o início das negociações na mesa de do Conselho de Segurança, os jogadores estavam, dispostos a encontrar uma solução plausível que agradasse a todos os envolvidos. Nesse meio tempo alguns atores estiveram mais envolvidos do que outros, sendo que EUA foi certamente o ator central das negociações entre o P5+1 e o Irã.

No começo do capítulo vimos sobre a relação de Israel e do Irã, que embora seja uma relação rasa, Israel mesmo distante, esteve o tempo todo envolvida nas negociações, não na mesa de negociações com outros atores, mas na mídia e através do *Lobby*. Israel sempre esteve preocupada com sua segurança e com os riscos caso o Irã possua permissão para enriquecer urânio e manter as instalações das centrífugas, pois, segundo os judeus, o Irã é uma ameaça a Israel. Nesse sentido, os EUA que tem uma relação muito próxima com o Estado de Israel, ficando no encargo de manter Israel em segurança. Com isso, os EUA tem um papel fundamental nessa negociação e, nos jogos de dois níveis, esse ator trabalha dos dois lados do tabuleiro. Ao resolver com os atores internacionais é preciso levar para o tabuleiro doméstico as propostas, que tem que ser assinadas igualmente em ambos os lados e, isso requer uma negociação habilidosa por parte do jogador central, pois cada mudança altera toda a negociação e surte efeito de rejeição. Por isso, Obama, nas negociações de novembro, declarou que vetaria as sanções do Congresso, impedindo intervenção do Nível II nas negociações nessa questão.

O acordo só se tornou possível também após a troca de chefes de governo no Irã, saindo Ahmadinejad e assumindo Rouhani. Com isso, a natureza de política externa do Irã se transformou, já que Rouhani tinha a visão de reestabelecer relações com o Ocidente e a primeira decisão foi resolver a questão do Programa Nuclear do Irã.

Os atores do Nível I deram um passo significativo conquistando o acordo prévio, que dá abertura para o avanço de um acordo permanente que exigirá mais negociações no Nível I, conseqüentemente negociações no Nível II.

CAPÍTULO 3

O capítulo adiante vai percorrer sobre o acordo, desta vez pelo lado do Nível II da mesa de negociações, o lado doméstico. Buscando atender as demandas domésticas, os representantes dos grupos de interesses israelenses participaram ativamente das rodadas de negociações levantando sanções ao Irã por meio do Congresso da Casa Branca. O jogo de dois níveis é indissociável o que levou ao Nível II interferir nas negociações do Nível I. Nesse capítulo, conceitos como *win-set* serão abordados e também os resultados finais após a conclusão do acordo.

3.1 O lobby de Israel no Nível II das negociações do Acordo

Ao iniciar os processos de negociação entre o P5+1 e o Irã, não foi só o Primeiro Ministro Israelense que declarou que esse seria um mau acordo dentro dos EUA, o *Lobby* de Israel, durante todo o processo, se manteve evidente tentando minar ou reformular as propostas de negociação entre os atores envolvidos no processo de construção do Acordo Nuclear Iraniano.

Ao mesmo tempo em que a administração trocava informação com os congressistas, o *Lobby* começava a apresentar suas propostas para um possível acordo nos corredores do Congresso. O maior grupo envolvido nessas negociações foi o AIPAC que fizeram um esforço para descreditar o programa. Segundo informações do Secretário de Estado dos EUA, a administração estava oferecendo entre 7 e 9 bilhões de dólares para aliviar as sanções, entretanto, os defensores

israelenses e autoridades do AIPAC disseram ser uma quantia entre 20 e 40 bilhões (AHMADI, 2014).

Muitas dessas conversas foram realizadas por membros do *lobby* conhecidos como “*key contacts*”, que normalmente são as peças mais importantes nas comunicações com o Congresso, sendo eles que mantêm relações especiais com os congressistas fazendo grandes doações, mas pode ser também alguém que tenha um relacionamento pessoal com algum membro (LAKE, 2014). Desta forma, alguns senadores rapidamente assumiram uma postura pró-Israel, como o Senador Mark Kirk que falou que “*the administration very disappointingly discounts what the Israelis say*” (AHMADI, 2014, p.64). Ele ainda acrescentou: “*I think the Israelis probably have a pretty good intelligence service*” (AHMADI, p.65, 2014). Desta mesma forma, episódios semelhantes a esses aconteceram no congresso envolvendo tanto republicanos como democratas, em alguns casos, como cita Ahmadi (2014) isso os levou a crer que o poder de Israel influenciou os membros do congresso não apenas a levar a palavra de um governo estrangeiro, mas pôr esses fatos sob as informações apresentadas pelos próprios funcionários envolvidos no processo.

A aproximação dos EUA com o Irã alarmou os participantes do debate sobre o acordo e dividiu opiniões no Congresso, ficando de um lado os aliados de Netanyahu, ou seja, aqueles que se declaram contra o Acordo e, do outro lado, estavam os que eram a favor do acordo. Os que se posicionaram contra o acordo, grupos de interesse pró-Israel, Senadores Republicanos e Democratas e o Institute for Near East Policy, e the Institute for Science and International Security, enxergaram qualquer negócio com o Irã como um equívoco (GIBSON, 2015).

Conforme Ahmadi (2014), um acordo apresentado por Israel seria mais suscetível à rejeição do que um acordo proposto pela Casa, porém, diferente de vários grupos pró-Israel, AIPAC se mantinha aberto à soluções diplomáticas, mas o apoio às novas sanções ao Irã colocou fora de alcance um acordo provisório. Após seis meses de negociações que sugeriram restrições ao Programa Nuclear em troca de alívio de algumas sanções internacionais ao Irã, muitos assessores foram incentivados a adiar qualquer ação que pudesse desarranjar o acordo (GERSTEIN, 2013). Em novembro de 2013 o AIPAC (2013) publicou em seu *website* uma nota política de incentivo para os legisladores manterem pressão sobre o Irã

Congress has provided the leverage to spur Iran to seek talks; now it must press the administration to negotiate a verifiable agreement that will prevent Iran from ever building nuclear weapons. Congress must also legislate additional sanctions, so that Iran will face immediate consequences should it renege on its commitments or refuse to negotiate an acceptable final agreement (AIPAC, 2013).

O *Nuclear Weapon Free Iran Act of 2013* (S.1881), autoria do Senador Menendez, um dos maiores receptores de apoio financeiro do AIPAC, expressou no Senado sensações ao Irã: esse não deveria ser permitido desenvolver ou manter capacidade para armas nucleares. Semelhantes a outros textos, reforçava a ideia de imposições ao Irã e trouxe um ponto de relevância a Israel: “(4) *if Israel takes military action in self-defense against Iran's nuclear weapons program the United States should provide Israel with diplomatic, military, and economic support*; (CONGRESS, 2013).

O esforço do AIPAC de fazer uma votação sobre o projeto de lei acerca das sanções ao Irã teve êxito e o projeto foi apoiado por 59 senadores (43 republicanos e 16 democratas), entretanto, uma batalha ficou travada entre AIPAC e os congressistas que acreditavam não ser aquele o momento de uma nova votação sobre sanções que poderiam atrasar as negociações do P5+1 e Irã (LAKE, 2014). Após a iniciativa do grupo de influência do AIPAC, o presidente Obama deu uma declaração breve a respeito de novas sanções: “*if this Congress sends me a new sanctions bill now that threatens to derail these talks, I will veto it. For the sake of our national security, we must give diplomacy a chance to succeed*” (OBAMA, 2014). Ele foi um dos maiores apoiadores do acordo nuclear, argumentando que isso representa a melhor alternativa para prevenir que o Irã obtenha armas nucleares (GIBSON, 2015). Como visto no capítulo 2, os Estados estavam interessados em fechar o acordo que vinha sendo prolongado nas negociações e, embora o projeto de lei tenha sido aprovado no senado, nada pôde ser feito, pois o projeto sugerido pelo *lobby* israelense não foi aprovado pelo presidente.

Posteriormente, o projeto de novas sanções sofreu ameaças de ser bloqueado. O Senador Menendez, autor do projeto de lei de sanções predominante, externou preocupação sobre o projeto ser votado em um ambiente tão partidário, sendo apoiado pelo AIPAC que elogiou sua liderança afirmando: “*We appreciate his commitment to ensure that any agreement with Iran is verifiable, effective, and prevents them from ever developing even one nuclear weapon*” (AIPAC, 2013). O

AIPAC se posicionou de acordo com a interrupção do presidente na questão do programa nuclear iraniano e se manteve comprometido em trabalhar tanto com as lideranças do Congresso quanto com a administração, para garantir que o programa fosse desmantelado (ALMAN, 2014).

O AIPAC comunicou a imprensa sobre o bipartidarismo que por vezes se revelou, não somente como uma crítica aos partidos, mas sim à própria administração Obama, que o presidente que se envolveu abertamente nessa questão principalmente com o Primeiro Ministro de Israel, Benjamin Netanyahu. Um dos assuntos entre os dois representantes foi sobre a construção de assentamentos e sobre a capacidade do Irã em manter um possível acordo realizado entre as potências (LAKE, 2014).

O projeto de lei, já apresentado, dos senadores Mark Kirk e Robert Menendez, de impor mais sanções ao Irã, foi visto pelos promotores legislativos como uma boa oportunidade de trazer o Irã para a mesa das negociações. Essa proposta poderia até aumentar a barganha dos EUA e fazer com que o Irã estivesse mais aberto a aceitar tais concessões (PILLAR, 2014). A barganha que os EUA poderia alcançar, esse *win-set*, é a de conseguir uma vitória nas negociações com o Irã, dando em troca um alívio nas sanções que o Irã estava recebendo.

Allison (1969) em *Conceptual models and the Cuban missile crisis* discorre sobre os modelos que possibilitam o entendimento dos processos decisórios na política externa. Um dos três modelos analisados é o "*Bureaucratic politics*", colocando no centro da decisão os líderes de Estado, que tomariam decisões a partir das barganhas políticas. Nesse sentido, alterar o projeto de lei pensando na reação do Irã, e se isso o traria para a mesa de negociações foi uma 'jogada' estratégica dos Senadores, pois com o Estado Iraniano envolvido e aberto a negociar com o P5+1, no Nível I, as ações dos representantes poderiam levar as negociações a um resultado inesperado, tendo em vista que cada jogador tem liberdade de ação e o jogo no tabuleiro de poder pode ser alterado a qualquer momento, à medida que os jogadores, atores do Estado, estão dispostos a defenderem suas questões.

O projeto não foi adiante e, acredita-se que o Congresso tenha decidido não avançar em virtude dos custos políticos que essa ação teria. Entretanto, o *Lobby* não parou sua ação, no começo de 2015, o senador Mark Kirk introduziu o *Nuclear Weapon Free Iran Act of 2015* (S-269) e, essa nova proposta respeitou o pedido do Presidente Obama, de não incluir novas restrições ao projeto até o fim das

negociações, todavia, colocou uma sanção ao Irã caso o acordo não fosse finalizado até o dia 6 de julho de 2015, e assim as sanções progrediriam a cada mês que o acordo não fosse fechado: *"After July 6, the bill imposes an escalating series of new sanctions against Iran each month starting in August and ending in December"* (AIPAC p.1. 2015). Além disso, o *Nuclear Weapon Free Act of 2015* exige que o Executivo submeta ao Congresso qualquer texto final de acordo com o Irã, bem como uma oportunidade de revisão (AIPAC, 2015). O Nível II seguiu a sugestão de Obama para não incluir novas sanções, o que permitiu que o acordo fosse bem aceito e, em contrapartida, o Congresso ficou com a responsabilidade de aprovar qualquer texto que fosse assinado no nível I, o conselho de segurança.

Diante da proposta S-269¹¹ o AIPAC se pronunciou por meio de um artigo chamado *"Back Diplomacy by Increasing Pressure"* destacando pontos chave: 1. *Diplomacy Must be Backed by Pressure*: a pressão nas negociações irá reforçar a posição de barganha dos EUA, além disso, o Congresso deve manter a pressão sobre o Teerã para que não haja a possibilidade de desenvolver armas nucleares; 2. *Iran Refuses to Compromise*; 3. *A Deal Must Include Dismantlement*: urge mais uma vez pela posição de que os EUA devem fechar qualquer acordo que seja a favor de derrubar a infraestrutura nuclear do Irã; 4. *America Must Stand with Israel*: Os EUA devem salvaguardar a segurança de Israel e os apoiar e, se preciso for, os EUA devem tomar uma ação militar contra a infraestrutura do Irã (AIPAC b, 2015). Alguns dias depois da proposta dessa lei, o Senador Bob Corker submeteu ao Congresso uma versão revisada do projeto anterior, o *Iran Nuclear Agreement Review Act of 2015* (S-615)¹² onde propõe que os textos do acordo sejam submetidos a criteriosos procedimentos de avaliação, sejam em oposição ao acordo ou ao alívio de sanções (AIPAC b, 2015).

Em abril, mais uma vez, após a uma versão atualizada desde a última proposta do acordo, o AIPAC fez circular o memorando *Congress Must Review Any Agreement with Iran* em que declarava ser necessário que qualquer acordo com o Irã deveria ser submetido ao Congresso para a revisão: *An agreement with such profound national*

¹¹ S.269 - *Nuclear Weapon Free Iran Act of 2015*. 114th Congress (2015-2016). Disponível em: <<https://www.congress.gov/bill/114th-congress/senate-bill/269>> Acesso em: 4 fev 2017

¹² S.615 - *Iran Nuclear Agreement Review Act of 2015*. 114th Congress (2015-2016). Disponível em: <<https://www.congress.gov/bill/114th-congress/senate-bill/615/text>> Acesso: 4 fev 2017

security implications as this one must be subjected to the constitutional system of checks and balances that is the bedrock of our democracy. Só depois de ser submetido ao Congresso, poderia ser considerado pelo presidente. O Lobby apoiou suas declarações na história do Congresso revisando tratados de não-proliferação e controle de armas, como *Strategic Arms Reduction Treaties* (START) com a Rússia, Tratado de não-proliferação, Convenção sobre armas químicas, entre outros (AIPAC b, 2015).

Desde o início das negociações em 2013 até sua finalização em 2015, os grupos de *Lobby* estiveram bastante engajados em imprimir suas digitais nas decisões do Congresso, guiadas pelos quatro pontos-chaves descritos no “*Back Diplomacy by Increasing Pressure*”. Eles apresentaram várias propostas, tanto no Senado quanto na Câmara. Sua última investida foi o *policy paper* intitulado *Negotiations with Iran: 5 requirements for a good deal*, que sugere fortemente que ao findar das negociações os jogadores levem o acordo a um documento que elimine qualquer meio para um país ter armas nucleares (CALADRIN e MAGNOTTA, 2015).

O primeiro ponto do *policy paper* é *inspections and verification*, que sugere que o acordo deveria amparar para que inspeções acontecessem a qualquer hora e em qualquer lugar. Alegando que o Irã tem um histórico de falhar com as obrigações internacionais, as supervisões deveriam ser permitidas sem nenhum impedimento. Para comprovar seus argumentos, o *Lobby* publicou, em 3 de setembro de 2015, um memorando por meio de seu site, intitulado *Iran’s History of Cheating*, lembrando as diversas vezes em que o Irã descumpriu os acordos internacionais, como quando o Irã se comprometeu a não realizar atividades nucleares, mas violou o TNP realizando extensa atividade nuclear, além de receber clandestinamente ajuda para desenvolver tecnologia para produção nuclear, importar clandestinamente urânio da China em 1991, construir sítios nucleares escondidos, o que caracteriza outras violações ao TNP. Além do histórico de violações ao TNP, também existem violações às resoluções 1737 do Conselho de Segurança, enriquecendo urânio, a resolução 1747, exportando armas para o Ditador Bashar Al-Assad e a *Joint Plano of Action* (JPOA) em novembro de 2013, quando foram descobertos pela AIEA enriquecendo urânio em uma potente centrífuga (AIPAC (d), 2015).

O segundo ponto *possible military dimensions*, versa sobre a necessidade do Irã esclarecer seu esforço e desdobramentos anteriores com armas nucleares. Isso

inclui contabilidade detalhada dos equipamentos disponíveis, que segundo o *policy paper* um bom acordo tem que exigir que o Irã esteja limpo com suas atividades nucleares para que assim seja possível estabelecer possíveis atividades; *Sanctions* é o terceiro ponto que fala que um bom acordo deve aliviar as sanções à medida que o Irã for cumprindo suas obrigações, além disso, o acordo deve estar claro sobre as sanções e as consequências das violações das medidas estabelecidas; O quarto ponto é o *duration*, que propõe que as armas nucleares do Irã sejam bloqueadas até que o Estado mostre que não tenha mais interesse em capacidade nuclear. O quinto ponto da proposta é *dismantlement*, recomendando novamente que o Irã deve desmantelar toda a sua infraestrutura de enriquecimento de urânio e plutônio (AIPAC (c), 2015). Os quatro principais pontos sugeridos pelo Lobby Israelense podem ser melhor visualizados no Quadro 1 na página 60 e 61, fazendo um paralelo com as propostas apresentadas pelos EUA e por Irã que mostram o desejo de cada um em relação ao Acordo Iraniano, bem como o resultado final do Acordo. As propostas do Lobby serão discutidas com detalhes no continuar desse trabalho.

Cada um desses cinco pontos propostos pelo AIPAC foi reforçado em cartas enviadas pelo Congresso ao Presidente Obama e ao Secretário de Estado Kerry. O ponto número um, *inspections and verification*, do *policy paper*, intitulado *Negotiations with Iran: 5 requirements for a good deal*, foi reforçado por três cartas enviadas a Obama, onde parte do trecho dizia assim: *"Any inspections regime "should include an agreement granting the IAEA necessary access to inspect all suspect sites, including military facilities."* (Carta a Obama, assinada por 391 membros da casa, em 18 de março de 2014.).

Um ano depois, uma nova carta afirmava esse ponto: *"Any inspection and verification regime must allow for short notice access to suspect locations"* (Carta a Obama, assinada por 367 membros da casa, em 20 de março de 2015.). Para lembrar o número dois, *possible military dimensions*, as cartas enviadas continham: *"Unless we have a full understanding of Iran's past program, it will be impossible for the international community to judge Iran's future breakout time with certainty"* (Carta a Obama, assinada por 367 membros da casa, em 20 de março de 2015.). Outra carta enviada ao Secretário de Estado lembrava o ponto dois: *"An agreement that effectively prevents Iran from acquiring a nuclear weapons capability demands transparency on the extensive research and development work that Iran has*

undertaken in the past.” (Carta a Kerry, assinada por 354 membros da casa, em 01 de outubro de 2014.). Para o ponto *dismantlement*, as cartas ao Presidente foram corroboradas não somente pelos membros da casa, como também pelos senadores: “*We are hopeful a permanent diplomatic agreement will require dismantlement of Iran’s nuclear weapons-related infrastructure...such that Iran will not be able to develop, build, or acquire a nuclear weapon.*” (Carta a Obama, assinada por 391 membros da casa, em 18 de março de 2014.) e “*Any agreement must dismantle Iran’s nuclear weapons program and prevent it from ever having a uranium or plutonium path to a nuclear bomb.*” (Carta a Obama, assinada por 83 senadores, em 18 de março de 2014.). O ponto sobre *sanctions* lembrava-o sobre as sanções ao Irã e trazia a ideia de que qualquer violação ao acordo daria respaldo aos EUA para responder tal ato com “*robust [...]response*”: “*We anticipate that any sanctions relief would be phased in over a lengthy period of time to allow the opportunity to gauge Iranian compliance. Further, the consequences for Iran of non-compliance or breach must be stipulated in the agreement.*” (Carta a Obama, assinada por 24 senadores, em 14 de julho de 2014.). O último ponto, *duration*, reforçava a ideia de que esse projeto deveria durar por longos anos, se possível ser eterno aos olhos de Israel: “*Verifiable constraints on Iran’s nuclear program must last for decades*” (Carta a Obama, assinada por 367 membros da casa, em 20 de março de 2015.).

Através das cartas enviadas aos representantes do governo pelos representantes da casa, o *Lobby* judaico esteve sempre reafirmando a necessidade de se atentar aos danos que o acordo do Irã poderia causar a Israel, por isso, o Estado judeu e os representantes dos interesses judaicos estiveram agindo e imprimindo sua visão em cada etapa das negociações no Nível I. Para eles é melhor não ter um acordo do que ter um mau acordo. "Mau" pode significar um acordo que venha a intimidar o Estado judaico ou ameaçar a sua segurança. Diante disso, o AIPAC publicou uma análise sobre o acordo nuclear do Irã, entendendo que as consequências de um mau acordo podem ser muito perigosas, porque o acordo, segundo o *Lobby*, não consegue bloquear o Irã de concretizar atividades que os levem a ter bombas nucleares. Ainda acrescenta que os requisitos estipulados pelo Congresso não são suficientes para estabelecer um bom acordo, as inspeções, alívio gradual de sanções, o desmantelamento das armas e a duração do projeto, de acordo com o *Lobby*, fará com que num futuro próximo o Irã seja capaz de conseguir legalmente as armas

nucleares, o que caracteriza um acordo ruim. Um dos últimos pontos levantados pelo *Lobby* na análise é a de que nenhum acordo abre portas para acordos melhores, nesse sentido, eles exemplificam com o histórico do Congresso em insistir em um acordo melhor. Durante os anos, aproximadamente 200 tratados multilaterais foram modificados por emendas ou reservas do Congresso antes de virem a ser aprovadas. Um desses acordos foi o *Strategic Arms Limitation Treaty* (SALT II) (AIPAC (e), 2015).

O *Lobby*, durante todo o processo conseguiu sutilmente alterar pontos importantes no acordo entre o P5+1 e o Irã. Nesse processo decisório os líderes não tem opiniões unânimes, mas podem dar espaço para as organizações opinarem. Embora, houvesse desavenças entre as ideias do Presidente Obama e as do *Lobby*, este sempre teve espaço e voz para participar da mesa de negociações mediante o Congresso que foi a organização governamental responsável pelo processo de revisão do acordo e sugestão de emendas ao texto, até culminar na resolução final.

Após longas negociações entre o P5+1 e o Irã no Nível I e as intervenções do *Lobby* pró Israel no Nível II, o JCPOA foi finalizado em julho de 2015, com finalidade de garantir que o programa do Irã seja executado de forma pacífica. Com esse acordo fica colocado que o Irã não vai buscar nem desenvolver qualquer espécie de armas nucleares. O Irã está de acordo a agir conforme seu comprometimento com os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas, ficando estabelecido que o P5+1 e o Irã vão cooperar, se preciso for, no domínio e utilização pacífica da energia nuclear e, amparado pela boa fé e pelo respeito mútuo espera-se que o acordo tenha uma execução bem sucedida (JCPOA, 2015). Endossada pela resolução 2231/2015, adotada em 20 de julho de 2015, seis dias após a finalização do JCPOA, a resolução reforça a importância dos esforços para resolver as questões no sistema internacional de maneira diplomática e pacífica, afirmando que a conclusão obtida a partir do JCPOA é um marco fundamental na relação desses países com o Irã, tendo em vista que o JCPOA está abrindo caminho para que o programa nuclear do Irã venha a ser de natureza exclusivamente pacífica (ONU, 2015).

O Estado de Israel busca sua sobrevivência no sistema internacional, agindo por meio do *lobby* para implantar seus interesses nacionais na política externa dos EUA. Nas negociações com a Cúpula no Nível I, os EUA tiveram o cuidado de dar voz aos interesses de Israel e a sua própria voz e interesse nas negociações, de forma que a aliança entre ambos os Estados, bem como a segurança de Israel estejam

salvaguardadas, de forma que os interesses de Israel e dos EUA e dos outros Estados do Nível I fossem alcançados.

O envolvimento dos *key contacts* esteve presente desde o começo buscando impedir o acordo. Senadores como Mar Kirk, Tom Cotton, Bob Menendez estiveram presentes e engajados nas ações que podiam levar o Nível II a propor algo sustentável para o Nível I. As propostas para um acordo com o Irã vindo das mãos da comunidade aliada a Israel, provavelmente seriam aceitas, diferente de uma que viesse do Congresso dos Estados Unidos. Essa última tem mais força e vantagem para oferecer um acordo que agrade ambos os lados, ainda que o *lobby* estivesse agindo direta ou indireta dentro dela. No Nível I os negociadores do P5+1 conseguiram um acordo que dava alívio à algumas sanções em troca da paralização do programa nuclear. O acordo foi fortemente incentivado no Nível I a passar e trouxe satisfação aos negociadores, bem como no nível II onde o *lobby* incentivou os assessores a adiar qualquer ação que pudesse desfazer o acordo.

Nos momentos finais das negociações do Nível I os estados estavam chegando a um acordo. O AIPAC então sugeriu um projeto de lei que foi amplamente apoiado, mas travou uma batalha entre o Nível I e o Nível II, pois enquanto o Nível II solicitava novas alterações, o Nível I, representado por Obama nos EUA, não iria permitir que isso acontecesse, ficando sob sua responsabilidade vetar.

O *lobby* conseguiu vitórias ao longo do processo das negociações no Nível I, como ter todos os textos feitos no Nível II submetidos ao Congresso para uma possível revisão.

Nuclear Weapon Free Iran Act of 2015 (S-269) de Mark Kirk, deu origem ao documento criado pelo grupo de interesse AIPAC, intitulado *Back Diplomacy*. No ponto 3 do documento proposto pelo AIPAC, eles urgem mais uma vez pela posição de que os EUA devem fechar qualquer acordo que seja a favor de derrubar a infraestrutura nuclear do Irã. Nos jogos em dois níveis, Putnan diz que com a premissa dos acordos serem aceitos em ambos os lados do tabuleiro, os grupos de interesse estão mais interessados em um acordo do que em um não acordo. No caso do *Lobby*, um não acordo poderia ameaçar a segurança de Israel, um mal acordo poderia permitir que a longo prazo o Irã pudesse conseguir armamento nuclear legal e, um bom acordo permitiria que Israel estivesse fora da ameaça de um Irã com posse nuclear.

3.2 O acordo final entre o P5+1 e o Irã

Abaixo veremos um quadro-síntese que mostra quem conseguiu o que queria no acordo nuclear do Irã. Serão abordados quatro pontos: embargos de armas, sanções econômicas, inspeções nucleares, desenvolvimento de centrifugas avançadas.

Quadro 1 – Acordo Nuclear: resultado.

PAÍSES/ TEMA	IRÃ	EUA	LOBBY ISRAELENSE	RESULTADO
EMBARGOS DE ARMAS	Levantamento imediato da proibição.	Proibição permanece igual. Embargo parcial à importação de tecnologia relacionada aos sistemas de entrega de armas nucleares, que inclui certas tecnologias que podem ser usadas em aplicações militares convencionais. Armas convencionais e mísseis balísticos.	Duração superior a oito anos do embargo sobre armas convencionais	Irã, com o apoio da Rússia e da China, seus principais fornecedores de armas, chegou ao acordo de que o embargo não seria permanente. O acordo pediu que o embargo fosse suspenso após um máximo de oito anos para mísseis balísticos e cinco anos para as armas convencionais. Mas o prazo poderia ser encurtado se a Agência Internacional de Energia Atômica certificasse que o programa nuclear do Irã é apenas para fins pacíficos.
SANÇÕES	Todas as sanções suspensas quando o acordo fosse assinado.	Sanções a serem suspensas sequencialmente, conforme o Irã cumprisse com os requisitos do acordo.	O alívio de sanções só deve ser iniciado depois de o Irã cumprir seus compromissos ao longo do tempo.	Irã obteve mais alívio do que os Estados Unidos queriam com as sanções mais importantes - as das indústrias energética e financeira - possivelmente suspensas se o Irã cumprir com os principais requisitos do acordo. No entanto, o acordo contém disposições para "snapback" novas sanções caso um painel de nações detectarem fraude iraniana.

PAÍSES/ TEMA	IRÃ	EUA	LOBBY ISRAELENSE	RESULTADO
INSPEÇÕES	Teerã é signatário do "Protocolo Adicional", que permite que os inspetores da AIEA visitem locais suspeitos em curto prazo. Mas em maio de 2015, o líder supremo do Irã, o aiatolá Ali Khamenei, disse que não poderia haver inspeções de instalações militares.	Originalmente, as inspeções poderiam acontecer "a qualquer hora, em qualquer lugar".	Os inspetores devem poder ter acesso livre a locais suspeitos.	O acordo permite a vigilância contínua nos locais de enriquecimento e nos locais de produção e armazenamento da centrífuga. A AIEA tem o direito de fazer visitas em qualquer lugar do país que seja suspeito. Mas o Irã tem 24 dias para aprovar o pedido de inspeção. Muitas destas disposições durarão 20 ou 25 anos, outras permanentemente.
DESENVOLVIMENTO DE CENTRIFUGAS	Procurou o direito de desenvolver centrífugas mais avançadas. As centrífugas avançadas produzem combustível enriquecido cinco ou seis vezes mais rápido do que as modelos antigas.	Quis parar o desenvolvimento das centrífugas avançadas porque quando são desdobradas, reduzem drasticamente o tempo requerido para fazer o valor de uma bomba de material.	O Irã deve desmantelar a sua infraestrutura nuclear de tal forma que não tenha caminho para uma arma nuclear.	O acordo limita a maioria dos trabalhos de pesquisa e desenvolvimento até o ano 10. Mas, em seguida, as restrições vêm rapidamente e o tempo de fuga diminui a apenas alguns meses, que é onde está hoje.

Fonte: SANGER (2015) e AIPAC (d) (2015)

O quadro 1 apresenta as principais propostas discutidas ao longo das negociações. O resultado final não foi satisfatório para o Lobby. Nenhum dos quatro pontos foi consolidado como o Lobby havia sugerido. No embargo de armas, o desejo deles era de que o Irã tivesse embargo de no mínimo oito anos. Ao findar das negociações o P5+1 resolveu que o tempo para as sanções serem suspensas seria de cinco anos seriam o limite para armas convencionais e oito anos para armas não-convencionais. No segundo ponto o alívio das sanções, segundo o que o Lobby sugeria era que as sanções só fossem retiradas após uma longa data de verificação

do cumprimento dos compromissos pelo Irã. Os tomadores de decisões resolveram que ao cumprir os principais requisitos do acordo as sanções poderiam ser retiradas.

Há ainda o terceiro ponto que não agradou o Lobby, embora eles concordassem com os EUA, sobre as sanções serem a qualquer hora e em qualquer lugar eles acrescentavam que os inspetores tivessem entrada livre no país para fazer as inspeções. O que ficou definido no final do acordo não agradou ao Lobby pelo fato dos inspetores da AIEA precisarem avisar e receber um aval do Irã para iniciar as inspeções. No último ponto o Lobby já havia sugerido o *Nuclear Weapon Free Iran act of 2013* que insistia que a infraestrutura do Irã viesse a ser desmantelada, de forma que fosse impossível que eles voltassem a ter infraestrutura para produção de armamento nuclear. O acordo limitou as infraestruturas para Centro de Pesquisa e Desenvolvimento por 10 anos a partir do acordo. O que possibilita o Irã de voltar a ter usinas nucleares rapidamente se assim desejarem.

3.3 O Nível I diante da resolução final do acordo

O primeiro ministro britânico David Cameron disse em julho de 2015, após a conclusão dos processos de negociações entre o P5+1 e o Irã, que se as seis potências envolvidas nas negociações não chegassem a um acordo histórico, o mundo enfrentaria um Irã com armas nucleares: *"I think it is so much better than the alternative. I think that if there wasn't a deal, I think we would face Iran with a nuclear weapon"* (COONEY, 2015). Assim como os grupos de interesses domésticos, as potências não estavam interessadas em fechar um mau acordo. Para o Lobby, acordos que deixassem o Irã sem sanções seria um mau acordo, devido a facilidade que eles poderiam vir a ter de conseguir armamento nuclear. O Nível II esteve constantemente buscando incutir ao Nível I sobre o acordo não ser fechado a qualquer maneira, pois poderia se tornar um mau acordo.

Cameron proferiu em seu discurso que o acordo não é baseado na confiança e sim na verificação, responsabilidade e ações rápidas que possam responder a qualquer violação do acordo pelo Irã. O Primeiro-Ministro Britânico foi franco ao dizer sobre as condições do Estado do Irã: *"It's not a successful economy. It struggles with infrastructure. It's got a pretty backward system in terms of justice and human rights."*

(COONEY, 2015). Devido a essas condições, as negociações no Nível I se tornaram muito mais seguras por terem sido realizadas em uma mesa de negociações.

O presidente Obama se mostrou satisfeito com o acordo final fechado em 2015, para ele o acordo cortou todas as oportunidades que o Irã teria de ter uma arma nuclear (MCCLAM, 2015).

This deal demonstrates that American diplomacy can bring about real and meaningful change, change that makes our country and the world safer and more secure," the United States had "negotiated from a position of strength and principle" and "stopped the spread of nuclear weapons in this region.

Após a declaração de Obama, o senador Tom Cotton disse que provavelmente o Congresso tentaria minar o acordo (MCCLAM, 2015).

Para os Iranianos esse acordo foi um ganha-ganha, colocando um marco histórico na relação do país com o Ocidente. A União Europeia, representada por Federica Mogherini, se posicionou dizendo que o acordo respeitava os interesses de todos os lados. Ban Ki-moon aproveitou a oportunidade para incentivar outras negociações de cooperação no Oriente Médio: "*As such it could serve as a vital contribution to peace and stability both in the region and beyond*" (MITCHELL, WILLIAMS e VINOGRAD, 2015).

Em 2016 o acordo seguia firme e o Irã mantinha sua palavra e desmantelava o seu programa nuclear. Deram mais de 98% de seu material nuclear e destruíram o reator de plutônio. Diferente do que pensavam os céticos, o Irã superou as expectativas. Para os Israelenses o acordo eliminou o perigo grave para a existência de Israel no futuro e reduziu as ameaças a longo prazo (SANGER, 2016).

Ao final do acordo, o P5+1 chegou à conclusão de que o Irã pode manter e produzir um estoque pequeno de urânio enriquecido em baixos níveis. Os inspetores podem pedir para visitar sites de suspeita de atividade nuclear, não abrange 100% a ideia de qualquer hora e qualquer lugar como diz o acordo, porque os inspetores precisam primeiramente apresentar uma evidência, para só depois ir ao local inspecionar. As principais sanções a serem suspensas foram as petrolíferas e financeiras, caso o Irã cumpra os principais requisitos do acordo. O acordo tem limite de 15 anos. Em questão de pesquisa e desenvolvimento, pode ser flexível em 10 anos,

mas algumas restrições permanecerão inalteradas por até 25 anos (KELLER, PENHAÇA E WALKINS, 2015).

Depois que o acordo foi finalizado, o *lobby* se mostrou insatisfeito com o JCPOA. Os pontos que foram negociados e aceitos precisavam ser modificados na visão do *Lobby*. Em agosto, um mês depois do acordo ser finalizado, o grupo de interesse AIPAC insistia para que modificações fossem feitas. Como o Nível II ficou encarregado de avaliar os projetos fechados no Nível I, o *lobby* israelense recorria ao Congresso para tentar convencê-los a rejeitar o Acordo, elencando algumas vantagens para o acordo ser rejeitado. Para eles, a maior vantagem é que mesmo que o congresso rejeitasse o acordo, as sanções ainda continuariam em vigor por até 12 meses ou enquanto uma nova rodada de negociações se iniciasse (AIPAC (f), 2015).

O *lobby* pouco influenciou durante as negociações para o acordo final. Muitas das propostas que o *Lobby* desejava ficaram apenas como sugestões junto ao Congresso, não chegando à versão final do acordo. Por isso, após a conclusão do acordo, o *Lobby* israelense continuava a analisar o acordo e encontrar questões que poderiam ser melhor negociadas. No nível I, o P5+1 e o Irã se mostraram satisfeitos, a diplomacia venceu. No Nível II, o *Lobby* de Israel não estava satisfeito, pois as principais questões levantadas no JCPOA não foram influenciadas pelo *Lobby*. As inspeções, segundo o *Lobby*, deveriam ser realizadas a qualquer momento sem impedimento algum, acontece a “qualquer hora” mas com aviso prévio e um tempo entre o aviso e a execução. Para o AIPAC isso permitia que o Irã se organizasse e eliminasse qualquer evidência. Durante todos os momentos da negociação, o AIPAC insistiu sempre em impor mais sanções ao Irã.

Durante as negociações o Irã sofreu sanções, sendo essa uma vitória do *Lobby*, mas que poderia ter acontecido mesmo sem o *Lobby*, já que as sanções impediam o Irã de ter acesso a um montante de dinheiro e reduziam suas exportações de petróleo, o que facilitava para que o Irã concordasse com os termos do acordo. Para o *Lobby*, o acordo deveria durar por décadas e, pode-se considerar uma vitória do *Lobby* o acordo ter duração mínima de 10 anos, podendo chegar a 25. Outra questão que não agradou o *lobby* israelense foi o desmantelamento da infraestrutura que proporcionava a criação de armas nucleares. O acordo permite que as infraestruturas fiquem praticamente intactas, enquanto o *Lobby* desejava que fosse desmantelado ao ponto de ser impossível construir uma arma nuclear (AIPAC (e), 2015). Apesar do

grande esforço e envolvimento do *lobby* israelense no Nível II das negociações, ao final do acordo, pouco do que foi proposto por eles culminou no JCPOA. Sua influência não foi forte o suficiente para conseguir mudar o rumo do acordo e a política externa exercida por Obama no Nível I.

CONCLUSÃO

A comunidade internacional tem sua maneira própria de se relacionar. Devido as constantes mudanças que há no cenário, os atores estão sempre buscando parceiros que os ajudem a alcançar seus objetivos, além de cooperarem para resolver as situações do Sistema Internacional que tenham impacto sobre todos os Estados, ainda que esse não esteja envolvido diretamente com a situação. No cenário internacional a agenda é moldada pela política externa dos atores. Nessa pesquisa há duas teorias possíveis que abordam a construção de política externa: o realismo neoclássico de Rose e o neorealismo de Waltz.

O realismo neoclássico tem uma abordagem que permite que a política externa dos Estados seja possível de ser construída com a intervenção das demandas domésticas. Seria a soma da agenda internacional junto com as demandas internas que podem surgir por meio dos grupos de interesse. Elas não formam um padrão de resultados, haja vista que cada grupo de interesse pode vir a influenciar em um aspecto diferente, com intenções diferentes.

Na presente pesquisa os grupos de interesse em questão são representados pelo lobby Israelense nos EUA. Igualmente, como em outras questões, há divisão pró e contra no *lobby* israelense, pois nem todos estavam contra o acordo nuclear. Desta forma, não era possível prever qual deles estaria mais disposto a exercer suas influências durante as negociações do acordo nuclear do Irã.

A negociação não aconteceu somente entre o *lobby* e o Congresso. Estados Unidos, Rússia, China, Reino Unido, França, Alemanha e Irã, estiveram plenamente envolvidos com as negociações. Cada um dos jogadores teve sua importância e participação nos jogos em dois níveis. O *lobby* teve espaço para lutar pelos seus interesses porque os jogos em dois níveis de Putnan mostram as negociações internacionais como um tabuleiro. Todo acordo precisa ser ratificado em casa e, para isso, a casa tem que estar satisfeita com o acordo, por isso, há esse espaço pro *Lobby* negociar com o Congresso os interesses deles no acordo. Como vimos ao longo das negociações, o *lobby* esteve engajado em aplicar sanções e fazer um acordo mais firme para o Irã.

Apesar do engajamento do *Lobby* pró Israel, o acordo não foi uma grande vitória para eles. Seu ponto forte são as sanções que permeiam o Irã até hoje. O Presidente Trump, que iniciou seu mandato em janeiro de 2017, apesar de ter criticado o acordo,

surgiu com um discurso parecido com o do *lobby* israelense, alegando que esse era um acordo terrível que não deveria ter sido assinado. No dia 17 de maio declarou que vai manter as sanções sobre o Irã (G1, 2017).

De modo geral é possível perceber que o Acordo tem sido efetivo e atende aos interesses dos envolvidos nas negociações. A comunidade europeia se mostrou satisfeita com o marco histórico e o Irã está disposto a cumprir o Acordo. Para o Presidente Obama, o acordo foi uma vitória da diplomacia, por outro lado, para Israel o acordo é um erro terrível e histórico.

Durante toda a negociação os representantes do Interesse de Israel estiveram preocupados com a segurança de Israel. Seus argumentos estavam embasados na inimizade que existe entre Israel e Irã, embora os Estados tenham tido uma aliança política. Depois da revolução islâmica, sua relação ruiu ao ponto de suas relações diplomáticas serem cortadas e, atualmente há uma tensão entre os Estados devido ao Acordo Nuclear do Irã e ao financiamento dos grupos terroristas na Faixa de Gaza, *Hamas* e *Hezbollah*. Por isso, Israel mantém seu argumento de que eles serão alvos do Irã caso esse venha a possuir armas nucleares.

Com a pouca influência alcançada, o *Lobby* mantém as campanhas ativas contra o Irã e o Programa Nuclear, pois para eles é inconcebível a ideia de que o Estado Iraniano venha a possuir infraestrutura que os permita construir armas nucleares. O *lobby* não conseguiu moldar seus interesses na sociedade estadunidense. Outra questão relevante é a presença do Presidente Obama, que decidido a fechar o acordo, foi e o fez, evitando interferências que pudessem vir a obstruir as negociações do acordo. A segurança de Israel não foi a questão mais forte da política externa de Obama em relação ao Acordo Nuclear do Irã. Sua política externa ficou marcada por conseguir realizar cooperação com o Irã após três décadas de relações cortadas e dar possibilidade de reconfigurar a geopolítica em torno dessa região.

REFERÊNCIAS

ALLISON, G. T. Conceptual Models and the Cuban Missile Crisis. **The American Political Science Review**, v. 63, n. 3, p. 689-718, 1969.

AHMADI, Alireza. Israel Lobby in the US and Iran - P5+1 Negotiations. **Iranian Review Of Foreign Affairs**. nov. 2014, p. 57-87. Disponível em: <<https://www.ciaonet.org/catalog/33547>>. Acesso em: 28 set. 2016.

AIPAC. **U.S. Must Prevent a Nuclear-Capable Iran**. 2013. Disponível em: <[http://www.aipac.org/~media/Publications/Policy and Politics/AIPAC Analyses/Issue Memos/2013/11/AIPAC Memo - US Must Prevent a Nuclear Capable Iran.pdf](http://www.aipac.org/~media/Publications/Policy%20and%20Politics/AIPAC%20Analyses/Issue%20Memos/2013/11/AIPAC%20Memo%20-%20US%20Must%20Prevent%20a%20Nuclear%20Capable%20Iran.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2016.

AIPAC (a). **The Nuclear Weapon Free Iran Act of 2015 (S.269)**. 2015. Disponível em: <<http://www.aipac.org/~media/Publications/Policy%20and%20Politics/AIPAC%20Analyses/Bill%20Summaries/2015/AIPAC%20Bill%20Summary%20-%20The%20Nuclear%20Weapon%20Free%20Iran%20Act%20of%202015.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

AIPAC (b). **Back Diplomacy by Increasing Pressure**. 2015. Disponível em: <<http://www.aipac.org/learn/legislative-agenda/agenda-display?agendaaid=%7BE9465F79-9380-4A00-BAA9-18DB524F23C8%7D>> Acesso em: 14 out 2016

AIPAC (c). **Five Requirements for a Good Deal with Iran**. 2015. Disponível em: <<http://www.aipac.org/~media/Publications/Policy%20and%20Politics/AIPAC%20Analyses/Issue%20Memos/2015/NegotiationswithIranFiveRequirementsforaGood%20Deal.pdf>> Acesso em: 14 out 2016

AIPAC (d). **Iran's history of cheating**. 2015. Disponível em: <<http://www.aipac.org/~media/publications/policy-and-politics/aipac-analyses/issue-memos/2015/iranshistoryofcheating.pdf>> Acesso em: 14 out 2016

AIPAC (e). **Analysis:** The Iran nuclear deal. 2015. Disponível em: <<http://www.aipac.org/-/media/publications/comms/iranonepagars.pdf>> Acesso em: 14 out 2016.

AIPAC (f). **The better alternative.** 2015. Disponível em: <<http://www.aipac.org/learn/issues/~-/media/Publications/Comms/Alternative.pdf>> Acesso em: 29 abr. 2017.

ALMAN, Ashley. Now Even AIPAC Says It's Not The Right Time To Advance Iran Sanctions Bill. **The Huffington Post.** Fev 2014. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/2014/02/06/aipac-iran-sanctions_n_4741748.html> Acesso em: 13 out. 2016

ANISHCHUK, Alexei. **Israeli leader lobbies in Russia against Iran deal.** Moscow, Wed Nov 20, 2013. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-iran-nuclear-israel-russia-idUSBRE9AJ17K20131120>> Acesso em: 14 abr 2017

ARANTES, Maria Inez F.. **Os EUA e a guerra como instituição:** O caso do Irã. 2004. 187 f. Tese (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/88072/207083.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

BEAUMONT, Peter. **Netanyahu denounces Iran nuclear deal but faces criticism from within Israel.** Jerusalem, *July 2015*. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2015/jul/14/netanyahu-denounces-iran-nuclear-dealcriticism-israel>> Acesso em: 20 abr. 2017

BENTZ, Leslie; SHOICHET, Catherine E. Iran nuclear talks are key topic as Obama, Netanyahu meet. **CNN Politics, September 30, 2013.** Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2013/09/30/politics/us-mideast-ties/>> Acesso: 23 abr. 2017

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** v.1-2, Brasília: Editora da UnB, 1992.

BORGER, Julian; DEGHAN, Saeed Kamali; SHERWOOD, Harriet. Iranian concession and Cameron phone call raise nuclear deal hopes. **The Guardian**, Nov. 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2013/nov/19/iran-concession-nuclear-talks-geneva>> Acesso em: 13 abr. 2017

CALADRIN, Karina S. MAGNOTTA, Fernanda P. **A influência do lobby de Israel no processo decisório estadunidense e o programa nuclear iraniano**. 5º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, Jul 2015, Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.academia.edu/19441707/A_INFLU%C3%8ANCIA_DO_LOBBY_DE_ISRAEL_NO_PROCESSO_DECIS%3%93RIO_ESTADUNIDENSE_E_O_PROGRAMA_NUCLEAR_IRANIANO> Acesso em: 25 maio 2016.

CARTER, Zach. Tom Cotton 'Corruption Of Blood' Bill Would Convict Family Members Of Iran Sanctions Violators. **The Huffington Post**. Washington, p. 1-1. maio 2013. Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/entry/tom-cotton-corruption-of-blood_n_3322251>. Acesso em: 01 abr. 2017.

CONGRESS. H. S.1881. **Nuclear Wapond Free Act of 2013**. Disponível em: <<https://www.congress.gov/bill/113th-congress/senate-bill/1881>> Acesso em: 7 nov 2016

COONEY, Dan. **British Prime Minister David Cameron: Iran Deal 'Better Than the Alternative'**. NBC News, 19 Jul. 2015. Disponível em: <<http://www.nbcnews.com/storyline/iran-nuclear-talks/prime-minister-cameron-iran-deal-better-alternative-n394661>> Acesso em: 28 abr 2017

CRICHTON, Kyle; SANGER, David E. **Who Got What They Wanted in the Iran Nuclear Deal**. 2015. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/interactive/2015/07/14/world/middleeast/iran-nuclear-deal-who-got-what-they-wanted.html>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

CRAIL, Peter. **World Powers Invite Iran to Nuclear Talks**. Arms Control Association. Maio, 2009. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/act/2008_09/IranProposal> Acesso em: 03 de maio de 2017

CROSSLAND, David. **Don't Lift Iran Sanctions 'Prematurely'**. Spiegel Online, Nov. 2013. Disponível em: <<http://www.spiegel.de/international/world/german-press-reactions-to-iranian-nuclear-deal-a-935467.html>> Acesso em: 23 mar 2017

DAVENPORT, Kelsey. **Timeline of Nuclear Diplomacy With Iran**. Arms Control Association. Ago. 2016. Disponível em: <<https://www.armscontrol.org/factsheet/Timeline-of-Nuclear-Diplomacy-With-Iran>> Acesso em: 5 out 2016

DAVENPORT, Kelsey. **History of Official Proposals on the Iranian Nuclear Issue**. Arms Control Association. jan. 2014. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/factsheets/Iran_Nuclear_Proposals> Acesso em: 28 mar 2017

DEHGHAN, Saeed Kamali. **Iran: Hassan Rouhani wins presidential election**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2013/jun/15/iran-presidential-election-hassan-rouhani-wins>> Acesso em: 01 maio 2017

ECONOMIST. **George Bush and the axis of evil**. Jan 2002. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/965664>> Acesso em: 30 abr 2017

EUROPEAN Union External Action. **Joint Plan of Action**. Geneva, 24 Nov. 2013. Disponível em: <http://eeas.europa.eu/archives/docs/statements/docs/2013/131124_03_en.pdf> Acesso em: 17 abr 2017.

FORWARD. **An Unseemly Silence**. 7 Maio 2004. Disponível em: <<http://forward.com/opinion/editorial/5614/an-unseemly-silence/>> Acesso em: 24 out 2016.

GREENBERGER, Robert S and LEGGETT, Karby. Bush Dreams of Changing Not Just Regime but Region. **The Wall Street Journal**. Mar. 2003. Disponível em: <<http://www.wsj.com/articles/SB10481991589095700>> Acesso em: 24 out 2016

GERSTEIN, Josh. **AIPAC urges new Iran sanctions**. 2013. Disponível em: <<http://beta.ops.politico.com/blogs/politico44/2013/11/aipac-urges-new-iran-sanctions-178352>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

GIBSON, Bryan R. The Long Road to Tehran: **The Iran Nuclear Deal in Perspective**. LSE. Ideas. Londres. Dezembro. 2015. Disponível em: <<http://www.lse.ac.uk/IDEAS/publications/reports/pdf/LSE-IDEAS-Long-Road-to-Tehran.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

GIBSON, Bryan R. Iran nuclear deal shows hawks that diplomacy actually works. **CNN**. Nov. 2013. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2013/11/25/opinion/iran-nuclear-diplomacy/>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

GOUREVITCH, Peter (1978), The second image reversed. **International Organization**, v. 32, n. 4, p. 883-900. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/F8662518D705AD48D2BCF198102AD931/S002081830003201Xa.pdf/the-second-image-reversed-the-international-sources-of-domestic-politics.pdf>> Acesso em 22 de set. 2016.

HELLER, Jeffrey. **France assures Israel it will stand firm on Iran deal**. Middle East & North Africa, Sun Nov 17, 2013. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-iran-nuclear-hollande-idUSBRE9AG0AR20131117>> Acesso em: 2 abril 2017.

HERMAN, Carl. US Overthrew Iran's Democracy 1953-1979, Armed Iraq To Invade 1980-1988, Now Lies For More War. **Activist Post**. January. 2012. Disponível em: <<http://www.activistpost.com/2012/01/us-overthrew-irans-democracy-1953-1979.html>> Acesso em: 28 junho 2017

HUBERT, Thomas. **France's tough stance pays off on Iran nuclear deal**. 2013. Disponível em: <<http://www.france24.com/en/20131124-france-iran-nuclear-caution-fabius>> Acesso em: 19 abr 2017

Irã assina acordo nuclear proposto por Brasil e Turquia. **BBC**, maio 2010. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/05/100517_ira_acordo_pu.shtml> Acesso em: 9 maio 2017

JOAQUIM, Emanuel Bernardes. Entre duas realidades: Os realismos e a relação entre as estruturas doméstica e internacional. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 36, p. 73-86, dez. 2012. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992012000400006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 set. 2016.

JCPOA. **Joint Comprehensive Plan of Action**. 2015. Disponível em: <<http://www.state.gov/documents/organization/245317.pdf>> Acesso em: 31 set 2016.

KAGAN, Robert e KRISTOL, William. **The Right War**. The Weekly Standard. Out 2001. Disponível em: <<http://www.weeklystandard.com/the-right-war/article/1410>> Acesso em: 24 out 2016

KAYALI, Laura. **France's Approach to a Nuclear deal with Iran (4/28)**. The European Institute, April 2015. Disponível em: <<https://www.europeaninstitute.org/index.php/ei-blog/258-april-2015/2024-france-s-approach-to-a-nuclear-deal-with-iran-4-28>> Acesso em: 19 abr 2017

KAYE, Dalia Dassa; NADER, Alireza; ROSHAN, Parisa. **Israel and Iran: A Dangerous Rivalry**. California: RAND Corporation, 2011. Disponível em: <http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monographs/2011/RAND_MG1143.pdf> Acesso em: 03 fev 2017

KRAEMER, Martin. The American Interest. **Azure**, n. 26: 21-33. 2006. Disponível em:

<<http://scholar.harvard.edu/files/martinkramer/files/americaninterest.pdf?m=1360039>
10> Acesso em: 17 mar. 2016.

LAKE, Eli. **How AIPAC Botched Its Biggest Fight in Years**. The Daily Beast, 2014. Disponível em: <<http://www.thedailybeast.com/articles/2014/02/11/how-aipac-botched-its-biggest-fight-in-years.html>>. Acesso em: 2 out. 2016.

MARINHO, Havana Alcía de Moraes Pimentel. **Processo Decisório e Grupos de Interesse na Política Externa Norte-Americana**: um estudo sobre a Guerra do Golfo (1990). Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional), Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pepi/Havana_Marinho_-_Processo_Decisrio_e_Gr.pdf> Acesso em: 25 out 2016

MARTIN, Garret. **European diplomacy and the Iranian nuclear negotiations**. The European Institute. Washington, maio 2015. Disponível em: <<http://www.europeaninstitute.org/index.php/ei-blog/252-european-affairs/ea-may-2015/2066-auto-generate-from-title>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

MAST, Nina. **The Israel Lobby and US Policy in the Middle East: The Iraq War, The Egyptian Arab Spring, and Iran's Nuclear Program**. Carnegie Mellon University, 2014. Disponível em: <<http://repository.cmu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1211&context=hsshonors>> Acesso em: 21 de out. 2016

MCCLAM, Erin. **Iran Nuclear Deal: President Obama Says Deal Makes World 'Safer and More Secure'**. NBC News, 14 Jul. 2015. Disponível em: <<http://www.nbcnews.com/storyline/iran-nuclear-talks/iran-nuclear-deal-president-obama-deliver-statement-historic-accord-n391646>> Acesso em: 25 abr. 2017.

MEARSHEIMER, John; WALT, Stephen (b). **The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy**. **Middle East Policy Council**, v. 13, n. 3, 2006. Disponível em:

<<http://www.mepc.org/journal/middle-east-policy-archives/israel-lobby-and-us-foreign-policy?print>> Acesso em: 14 out 2016

MEARSHEIMER, John; WALT, Stephen (a). O Lobby de Israel. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 76, p. 43-73, Nov. 2006a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000300003&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 20 Set. 2016.

MITCHELL, Andrea; WILLIAMS, Abigail; VINOGRAD, Cassandra. Iran Nuclear Deal: Tehran, World Powers Agree to Historic Pact. **NBC News**, 14 Jul. 2015. Disponível em: <<http://www.nbcnews.com/storyline/iran-nuclear-talks/iran-nuclear-deal-n390461>> Acesso em: 29 abr 2017.

OBAMA, Barack H. Text and Video of Obama's State of the Union Address. **The New York Times**. 2014. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2014/01/29/us/politics/state-of-the-union-address-text.html>> Acesso em: 03 out 2016.

ONU. Conselho de Segurança. **Resolução 1737**. 2006. Disponível em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1737%282006%29> Acesso em: 26 out 2016

ONU. Conselho de Segurança. **Resolução 2231(2015)**. 2015. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2231\(2015\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2231(2015))> Acesso em: 26 out 2016

PATRICK, Andrew. O Irã entre o Ocidente e sua autodeterminação. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , n. 24, p. 257-260, June 2005 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000100018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 junho 2017.

PAWN, Jan de. *Iran, the United States and Europe: the nuclear complex*. 2007. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/article/democracy_power/iran/nuclear_complex> Acesso em: 4 abr 2017

PERKOVICH, G. Olhando para trás: conformidade Versus negociação: uma implicação do acordo Nuclear do Irã. **Braços de controle hoje**, v. 46, n. 8, 1-6, out. 2016. ISSN: 0196125 X.

PILLAR, Paul. Lets be honest Iran. **The National Interest**. Jan 2014. Disponível em: <<http://nationalinterest.org/blog/paul-pillar/lets-be-honest-iran-9658>> Acesso em: 26 out 2016.

PILTINICK, M.; TOENSING, C. The Israel Lobby in Perspective. **Middle East Report**, v. 37, n. 243, 2007. Disponível em: <<http://www.merip.org/mer/mer243/israellobby-perspective>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

PUBLIC Citizen. **History of the Lobbying Disclosure Act**. LobbyingInfo.Org, Washington. 26 jul 2005. Disponível em: <http://www.lobbyinginfo.org/laws/page.cfm?pageid=15#_ednref11>. Acesso em: 21 out. 2016.

PUTIN: Now there's a real chance of solving Iranian nuclear problem. **RT Question More**, Nov 2013. Disponível em: <<https://www.rt.com/news/putin-iran-nuclear-solution-894/>> Acesso em: 13 abr 2017

PUTNAN, Robert D. "Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games." **International Organization**, v. 42, n. 3, p. 427-60, 1988. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2706785>> Acesso em: 2 set 2016.

PRESSE, France. EUA manterão acordo nuclear para aliviar sanções ao Irã. **G1**. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/eua-manterao-acordo-nuclear-para-aliviar-sancoes-ao-ira.html>> Acesso em: 17 maio 2017.

ROSE, Gideon. Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. **World Politics**, v. 51, n. 1, p. 144-72. Out. 1998. Acesso em: 4 set 2016.

SALHANI, Claude. **The Syria Accountability act: Talking wrong road to Damascus. Policy Analysis**, 18 mar 2004. Disponível em: <<https://object.cato.org/pubs/pas/pa512.pdf>> Acesso em: 25 out 2016

SANGER, David E. **Iran Sticks to Terms of Nuclear Deal, but Defies the U.S. in Other Ways**. NY Times, 13 Jul. 2016. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/07/14/world/middleeast/iran-nuclear-deal.html?_r=0>

SANGER, David E.; CRICHTON, Kyle. **Who Got What They Wanted in the Iran Nuclear Deal**. NY Times, 14 jul. 2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2015/07/14/world/middleeast/iran-nuclear-deal-who-got-what-they-wanted.html?_r=0> Acesso em: 03 maio 2017

The Iran Deal in 200 Words. **The New York Times**, 2015. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/interactive/2015/07/15/world/middleeast/iran-deal-qa.html>> Acesso em: 13 abr 2017

SHEET, Fact. **U.S relation with Iran**. U.S. Department of State. Mar 2015. Disponível em: < <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5314.htm>> Acesso 09 nov 2016

STEPHEN J. Sniegoski. The War on Iraq: Conceived in Israel. *The Revisionist*, v. 1, n. 3. Chicago, Ago 2003. Disponível em: <<http://vho.org/tr/2003/3/Sniegoski285-298.html>> Acesso em: 13 out 2016

SIMON, Steven. **Iran and Israel**. The Iran Primer. 2010. Disponível em: <<http://iranprimer.usip.org/resource/iran-and-israel>> Acesso em: 01 nov 2016.

VIOLA, Eduardo; LEIS, Héctor Ricardo. **Sistema internacional com hegemonia das democracias de mercado: desafios de Brasil e Argentina**. Florianópolis: Insular, 2007.

WALTZ, K. N. **Homem, o Estado, e a Guerra**: Análise Teórica. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WALTZ, K. N. **Theory of international politics**. New York: McGraw-Hill, 1979.

WEINRAUB, Bernard. Iran's President Offers U.S. Help In Hostage Crisis. **The New York Times**. Agosto. 1989. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1989/08/05/world/iran-s-president-offers-us-help-in-hostage-crisis.html>>. Acesso em: 27 de junho de 2017.

ZOA. **ZOA Opposes Iran Deal: Nuclear Infrastructure Not Dismantled**. 2015. Disponível em: <<http://zoa.org/2015/04/10280274-zoa-opposes-iran-deal-nuclear-infrastructure-not-dismantled/#ixzz3d5e60M9c>>. Acesso em: 05 out. 2016.